



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

WILSON PINHEIRO ARAUJO NETO

**O JORNAL PEQUENO E A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO
MARANHÃO: A perspectiva política do Jornal Pequeno após o ato de 6 de abril.**

SÃO LUÍS

2016

Araújo Neto, Wilson Pinheiro.

O Jornal Pequeno e a ditadura militar no Maranhão: a perspectiva política do Jornal Pequeno após o ato de 06 de abril / Wilson Pinheiro Araújo Neto. – São Luís, 2016.

65 folhas

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

Orientador: Profa. Dra. Mônica Piccolo Almeida Chaves.

1. Golpe empresarial. 2. Ditadura militar. 3. Imprensa maranhense.
I. Título

CDU: 94(812.1).088:070

AGRADECIMENTOS

Nunca pedi a Deus a aprovação no vestibular, sempre pedi disciplina pra estudar, conseguir resultados e muita força nos momentos de fraqueza durante o processo de graduação. Por este motivo, agradeço a Deus pela conclusão de mais uma das várias etapas da vida.

Quero agradecer a minha família. Aos meus pais Dona Célia e seu Arlindo pelo apoio incondicional de sempre. A meu irmão Walyson, que embora nunca tenha me ajudado nos trabalhos quando eu precisava, sempre conversávamos sobre os apereios da UEMA, de alguma forma, era interessante compartilhar com meu irmão as vivências da Universidade.

Em memória a minha avó paterna Euclina Silva e ao meu avô ainda vivo, que tive o prazer de carregar o nome, seu Wilson. A minha avó materna, dona Deuzuita que me ensinou a ter força e vontade de viver a vida. Você “vó” foi uma das pessoas mais fortes que conheci durante esses curtos vinte e cinco anos de idade, a sua força tem sido a minha força. Ao meu avô seu Nhozinho, alguém de um humor incrível que me ensinou que ser forte e que a partir do trabalho e força de vontade podemos chegar onde queremos. Carrego comigo o pequenino orgulho de ter sido o primeiro neto de vocês aprovados em uma universidade publica. Esse é meu singelo presente, de coração.

Agradeço a todas as minhas tias, Célia, Amélia, “dindinha filha”, “tia Binha”, Ana, Rita, Celma, Keyla, tio Arlindo e todos os meus primos/irmãos que se alegraram junto comigo e raspam a minha cabeça naquele inesquecível dia 9 de fevereiro de 2010.

Agradeço aos meus amigos que sempre torceram pela minha aprovação no Vestibular. A minha querida tia Rosângela que foi quem avisou a minha mãe do resultado e que sempre torceu muito por mim. Os meus amigos do cursinho, as minhas amigas da “matriz” como carinhosamente chamo, Selma, Silvia, Lídia, Kessy, Lilian, Aloma e Rosângela, a aprovação de vocês e as palavras de incentivo foram muito importantes pra mim. As minhas amigas Raquel e Aline que sempre me deram tanta força e sempre diziam: Você vai passar! No dia do resultado, Aline me ligou e me deu a notícia da aprovação. Ela parecia mais alegre que eu com o resultado. Obrigado minhas queridas irmãs.

Aos meus amigos da turma 2010.1 e todos aqueles que construí durante o curso, Graciane, Reinilda, Kelma, Sarah, Adriano, o inesquecível Paulo Matos, o antológico

Catatau, Wallas, Ariane, Priscila, Pablo Gabriel, Lucas Parreão, Lycia Gabriela, Gugu, Jefferson Maciel e os outros. E aos grandes irmãos Manoel Afonso e Marcos Paulo que às vezes, pela minha ausência nas atividades paralelas do curso, por motivos de trabalho, sempre me deixavam a par de tudo que acontecia.

Agradeço aos professores que desde o ensino médio, tanto me motivaram com seus exemplos, a seguir esta profissão. Geisa Celeste, Themis, Neilson, Claudio, Eurides, Diana e em memória ao meu querido professor Assunção, todos do Centro Educacional São José Operário, jamais esquecerei o que fizeram por mim.

Aos meus professores da Graduação, Marcelo, Henrique, Alan, Reinaldo, Ximendes, Fábio, Yuri e as minhas professoras Helidacy, Ana Livia, Adriana, Julia, Sandra e Tatiana, todos vocês foram de fundamentais para a minha formação. Vocês apresentaram a mim as magias dessa fantástica e essencial disciplina que é a História. Afirmo com toda a certeza, a História que vocês me ajudaram a descobrir, mudou pra melhor a minha vida. Certamente sou um homem bem melhor depois destes quase cinco anos de aprendizado com os senhores. A todos vocês meus sinceros: muito obrigado.

Agradeço muito especialmente a minha namorada Rita de Cassia Fernandes, que me acompanhou durante todo o meu processo de formação. Agradeço pelo apoio incondicional, pelas vezes que ficou sem dormir por que tinha que me ajudar a fichar um texto, as várias vezes que me acolheu em sua casa pra terminarmos juntos os trabalhos que precisavam ser entregues pra ontem, as vezes que saíamos pra tirar fotos na Biblioteca pra me ajudar nos projetos. Dos gestos mais trabalhosos aos mais simples como dizer: amor! Amanhã te ligo cedo pra te acordar pra ir pra aula e não perder o horário, ou então: vai ter carona pra UFMA? Conhecer-te nos corredores da UEMA fez dessa universidade mais inesquecível do que ela já seria. Junto com minha formação te ganhei de presente (e que presente!) na minha vida.

Quero aqui agradecer ainda a minha querida professora e orientadora, Monica Piccolo. Quando ela brinca dizendo que “ela é a luz que iluminou os nossos caminhos” devo admitir: percebo isso em cada parágrafo que escrevo não só neste trabalho de conclusão de curso, mas em todos os trabalhos que apresentamos por todo Brasil levando o nome da UEMA e do nosso querido grupo de pesquisa, o NUPEHIC (Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea) que fundamos juntos a muito custo, mas que trouxe resultados impressionantes tanto para a Universidade Estadual do Maranhão quanto para a sociedade maranhense com o foco para os estudos da história contemporânea no Maranhão. Sempre se preocupando com seus orientandos, de como

voltaríamos pra casa, como poderia nos ajudar. Da forma mais simples, como arrumar um espaço pra dormir depois de uma cansativa reunião de projetos, do que iríamos comer. Além destes, aqueles auxílios mais complexos: sentar pra estudar, ler e corrigir nossos artigos o dia todo indo até a madrugada. Sem dúvidas jamais esquecerei o que tu fizeste neste árduo processo de graduação, posso afirmar que tive uma mãe na graduação e esta mãe se chama Monica Piccolo Almeida Chaves.

Por último venho saudar a esta linda arte que me manteve durante este curso não só financeiramente, mas que muitas vezes me trouxe a paz de espírito. Hoje posso afirmar que tenho duas grandes paixões: a História e a Música.

“Os jornais são aparelhos ideológicos cuja função é transformar uma verdade de classe num senso comum, assimilado pelas demais classes como verdade coletiva - isto é, exerce o papel cultural de propagador de ideologia. Ela imbute uma ética, mas também a ética não é inocente: ela é uma ética de classe”.

Antônio Gramsci

RESUMO

Tomando com estrutura básica a teoria do italiano Antônio Gramsci, este trabalho se propõe a fazer uma análise do posicionamento político do Jornal Pequeno que circulou no Maranhão durante o golpe empresarial-militar que destituiu João Goulart em março de 1964. Além de contemplarmos autores clássicos da historiografia, com ênfase nos estudos acerca do golpe empresarial-militar e da repressão, iremos dar um enfoque a um dos jornais impressos com maior circulação até hoje no estado do Maranhão. Logo, é crucial analisar a posição crítica dos editoriais, o espaço conferido às matérias relacionadas ao golpe empresarial-militar, antes, durante e depois da deposição de Jango, identificando diferenças de abordagens feitas pelo jornal analisando a instauração e o fortalecimento dos aparelhos de repressão. Para justificar nossa hipótese central, utilizaremos como fonte primária os impressos do Jornal Pequeno acondicionados na Biblioteca Pública do Estado do Maranhão no ano de 1964. A partir da destas fontes, iremos apresentar a postura institucional do Jornal Pequeno após um ato de repressão liderado pelos militares do 24º Batalhão de Caçadores seis dias após a instauração do regime.

Palavras-chave: Golpe Empresarial-Militar- Impressos - Maranhão

ABSTRACT

Taking basic structure with the theory of Italian Antonio Gramsci, this paper aims to make a Small Newspapers of political positioning analysis circulated in Maranhão during the business-military coup that overthrew João Goulart in March 1964. In addition to contemplate classical authors historiography, with emphasis on studies of corporate-military coup and repression, we will give a focus to one of printed newspapers with wider circulation today in the state of Maranhao. Therefore, it is crucial to analyze the critical position of the editorial, the attention given to matters relating to the business-military coup, before, during and after the deposition of Jango, identifying differences of approaches made by the newspaper analyzing the establishment and strengthening of the repressive apparatus . To justify our central hypothesis, we will use as a primary source of the printed newspaper Small packaged in Maranhao State Public Library in 1964. From these sources, we will present the institutional position of the Jornal Pequeno after an act of repression led by the military the 24th Battalion of Hunters six days after the establishment of the regime.

Keywords: Corporate-Military Coup-Printed-Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1- HISTORIOGRAFIA EM QUESTÃO.....	13
1.1 Revisando a historiografia sobre o golpe de 1964 e a Ditadura	13
1.2 OS "BRAZILIANISTAS" E A CIÊNCIA POLÍTICA: o pioneirismo na análise sobre a ditadura.....	14
1.3 A Contribuição Marxista.....	18
1.4 O Revisionismo Historiográfico	20
1.5 O golpe e a ditadura "empresarial-militar": os embates historiográficos.....	23
CAPÍTULO 2 - REPRESSÃO EM FOCO: UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA DE REPRESSÃO MILITAR.....	29
2.1 A repressão no regime empresarial-militar	29
2.2-A Megaestrutura de Repressão.....	31
2.3-Censura: <i>Criação ou Adaptação?</i>	34
2.4- A Estrutura Militar.....	37
CAPITULO 3 -O JORNAL PEQUENO EM FOCO	40
3.1 Os estudos sobre a Ditadura empresarial-militar no Maranhão	40
3.2- Jornal Pequeno: “O Jornal do Povo”	41
3.3 Gramsci no Maranhão	43
3.4 JORNAL PEQUENO: antes e depois do ato de repressão	44
3.5 JORNAL PEQUENO: o espaço dedicado às questões do Governo Militar.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

INTRODUÇÃO

Durante o período de 1964, com o golpe que depôs o então Presidente João Goulart do cargo, até o ano de 1985, o Brasil viveu um momento ímpar em sua História. A Ditadura Empresarial-Militar, que durou mais de vinte anos, deixou traços marcantes na História do Brasil que ainda hoje não foram pesquisados ou sequer descobertos.

No Maranhão não foi diferente. A Ditadura Empresarial-Militar teve suas influências diretas e indiretas sobre os rumos do estado, principalmente no campo social e político, em um momento de mudanças no governo estadual pouco depois do golpe e o endurecimento do regime, a partir do AI-5 em 1968.

A dificuldade em tocar no assunto também não deve ser desconsiderada, uma vez que muitos dos agentes atuantes no período da Ditadura Empresarial-Militar ainda se encontram vivos e, algum deles, atuantes no cenário nacional, seja no campo político, midiático, cultural e até mesmo no campo militar. Nesse contexto, o desafio do historiador está posto: a necessidade de esmiuçarmos muitas questões ainda mal resolvidas deste período “tenebroso” na história do Brasil.

Portanto, este trabalho se propõe a analisar a perspectiva do *Jornal Pequeno* acerca o Golpe Empresarial-Militar no ano do golpe (1964) analisando os efeitos de um ato de repressão feito pelo 24º BC seis dias após o golpe contra algumas publicações do *Jornal Pequeno*. Propomo-nos ainda a analisar o espaço que o *Jornal Pequeno* dedica, durante o ano de 1964, às notícias referentes ao golpe.

A partir do exposto acima, este trabalho tem como objetivo analisar ainda o posicionamento institucional do *Jornal Pequeno* diante de algumas medidas tomadas pela Ditadura Empresarial-Militar brasileira no que se refere à instauração e fortalecimento dos aparelhos de repressão. Será objeto de investigação, assim, a interpretação construída pelo *Jornal Pequeno* acerca do golpe analisando no impresso o que concerne à instauração e o fortalecimento dos aparelhos de repressão.

A pequena quantidade de estudos acerca da Ditadura Empresarial-Militar no Maranhão nos motivou a buscar mais sobre os estudos sobre o tema na contemporaneidade. É nosso objetivo, portanto, desmistificar a ideia de que os estudos sobre o Regime Empresarial-militar no Brasil se resumem apenas ao eixo Rio-São Paulo, uma vez que a região Nordeste foi palco de grandes conflitos durante a Ditadura Empresarial-Militar. No Maranhão não foi diferente. A repressão se fez presente em

vários âmbitos da sociedade modificando o cotidiano e determinando novos padrões de convívio político, social e cultural.

Portanto, ao estudar a postura do Jornal Pequeno no ano do golpe e sua perspectiva após o ato do dia 6 de abril de 1964, abriremos um novo leque de possibilidades de estudos sobre a Ditadura Empresarial-Militar no Brasil e suas especificidades no Maranhão, com o compromisso de apresentar à sociedade maranhense as influências que as ações dos militares e dos civis que os apoiavam durante o período ditatorial no Brasil exerceram no nosso Estado após o golpe de 1964.

Temos como hipótese neste trabalho, o pressuposto de que o posicionamento político do Jornal Pequeno alterou-se em função da intervenção que sofreu. No início dos anos 1960, o jornal se posicionava contra qualquer tipo de “ditadura”. No entanto, atuando como *aparelho privado de hegemonia*, o Jornal Pequeno foi, ao longo do tempo, contribuindo para tornar hegemônico o projeto que chegou ao poder como o golpe empresarial militar em 1964.

As fontes utilizadas para a realização deste trabalho serão os impressos do *Jornal Pequeno* que se encontram acondicionados na íntegra na Biblioteca Pública do Estado do Maranhão entre os anos de 1964 a 1968.

A metodologia usada para a realização deste trabalho teve como passo inicial a leitura da bibliografia atualizada referente ao período da Ditadura Empresarial-Militar. No segundo momento, foi fotografado o acervo do Jornal Pequeno entre os anos de 1964 a 1968, período que corresponde ao ano do golpe de destituiu João Goulart em 1964 e a instauração do AI-5 em dezembro de 1968.

Neste trabalho temos como objetivo contemplar alguns aspectos que julgamos primordiais para iniciar uma pesquisa acerca do posicionamento político do Jornal Pequeno no Maranhão pós 1964. Apropriar-nos-emos, ao longo do trabalho, do corpo teórico elaborado por Antônio Gramsci. Procuraremos entender os conceitos criados por Gramsci que se aplicam ao contexto da Ditadura Empresarial-Militar e que estiveram inteiramente conectados com a disputa de poder de diferentes grupos que lutavam pela conquista da hegemonia. Logo, o momento em que é apresentada uma estrutura ideológica e política, para Gramsci, torna-se mais prováveis e sólidas as chances de se conquistar a hegemonia (COUTINHO, 1994, p. 54-55).

Nesta perspectiva, iremos trabalhar o conceito de *aparelho privado de hegemonia* considerando a imprensa como uma das principais instituições capazes de nacionalizar um projeto e reproduzir opiniões em busca da hegemonia. Segundo Carlos

Nelson Coutinho os *aparelhos privados de hegemonia* são organismos sociais privados, portanto, autônomos em face do Estado (COUTINHO, 1994, p. 54-55).

Outro conceito de Gramsci utilizado nesta pesquisa será o de *Estado Ampliado*, que vai além do que comumente pensamos em Estado apenas enquanto estrutura jurídica de comando. Para Gramsci, a sociedade civil e seus mecanismos de busca pela hegemonia são primordiais para o controle e fortalecimento de sua classe. Neste sentido, a teoria do Estado Ampliado de Gramsci coloca a atuação tanto da sociedade civil quanto da sociedade política no processo de busca pela hegemonia. Segundo Carlos Nelson Coutinho (COUTINHO, 1989, p. 170), perceber ainda a atuação dos intelectuais capazes de nacionalizar um projeto hegemônico motivou Gramsci a entender que além da coerção, a busca pelo consenso era primordial para o alcance da hegemonia. Nesse contexto, os *Cadernos do Cárcere* se apresentam como principal obra para a compreensão do conceito de hegemonia defendido por Gramsci.

Para nos auxiliar na construção deste trabalho, algumas obras serão de fundamental importância, sejam elas em defesa de uma teoria ou a simples apresentação do factual. Inicialmente, podemos destacar a apropriação do termo Civil-Militar de René Dreifuss que aponta a participação da sociedade civil como preponderante para a concretização do golpe militar. O projeto aqui apresentado, assim, compartilha dessa opção conceitual defendida por Dreifuss, em sua obra “1964: A Conquista do Estado” que enfatiza a participação dos civis, reunidos no complexo IPES/IBAD, na organização do golpe militar de 1964.

No entanto comungamos com a perspectiva historiográfica também defendida pelo professor Demian Bezerra de Melo na obra: *A miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*, e em outros artigos publicados, caracterizando o golpe não só com o apoio dos civis, mas se tratando especificamente de um movimento organizado pela classe burguesa ou empresarial na articulação do grande empresariado através do IPES, criado logo após a posse de João Goulart com um duplo objetivo: promover uma campanha de desestabilização do governo de Jango e planejar além de um golpe de Estado, um projeto de classe que toma o poder em 1964 e que estruturou o período ditatorial no Brasil por mais de 20 anos.

CAPÍTULO 1. HISTORIOGRAFIA EM QUESTÃO

1.1 Revisando a historiografia sobre o golpe de 1964 e a Ditadura

A presente pesquisa tem como um dos objetivos analisar a questão da repressão advinda do Estado de Exceção instaurado através do golpe empresarial-militar de 1964. No entanto, para que o trabalho proposto atinja seu objetivo, faz-se necessária a reflexão acerca dos fatos pré-existentes antes da instauração da Ditadura Empresarial-Militar. Ou seja, cabe, neste espaço, destacarmos as principais elaborações acerca da conjuntura que levou ao rompimento democrático no Brasil na década de 1960.

Neste momento trataremos de discutir as principais reflexões sobre os anos que antecederam ao Golpe de 1964, levando em consideração investigações não só no campo da História, mas também do Jornalismo e da Ciência Política. Para aqueles que sentem a necessidade de estabelecer uma revisão historiográfica acerca do tema, atividade que será desenvolvida neste espaço textual, pontuações se fazem extremamente necessárias.

A primeira delas se refere ao tardio olhar por parte dos historiadores brasileiros acerca da conjuntura pré-golpe. Digamos que muito desse “atraso” se deve às dificuldades da época¹ em lidar com questões relativas à História do Tempo Presente² e também da disponibilidade de fontes documentais³. Isto ainda se dá pelo fato de que muitos sujeitos históricos estavam vivos naquele período e extremamente dispostos a sustentar uma versão da história totalmente alinhada aos seus interesses.

Outro ponto a se problematizar no que tange ao exercício de revisão historiográfica sobre o golpe de 1964 é o aspecto inovador das pesquisas sobre a História do Brasil Contemporâneo. Durante as décadas de 1960 e 1970,

¹ O ponto de partida para entender esse processo é a constatação do triunfo de uma determinada definição de história a partir da institucionalização da própria história como disciplina universitária. Essa definição, fundada sobre uma ruptura entre o passado e presente, atribuía à história a interpretação do passado e sustentava que só os indivíduos possuidores de uma formação especializada poderiam executar corretamente essa tarefa. (FERREIRA, 2000, p.111)

² Como afirma Hobsbawm, o Tempo Presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação (apud Bernstein, p.09, 1993)

³ Muitos historiadores brasileiros durante as décadas de 1970 e 1980 não possuíam acesso a documentos oficiais em virtude do sigilo por parte do governo autoritário e devido também a posturas político-ideológicas de muitos contrários ao regime vigente.

coincidentalmente o período auge da repressão ditatorial no país, existiu um avanço quantitativo e qualitativo dos estudos republicanos dentro da academia.

Um das principais motivações, sem dúvida, era o rompimento com a hegemonia dos estudos históricos sobre o século XIX. Além disso, naquele momento, havia uma forte profissionalização dos programas de graduação e pós-graduação em História nas principais universidades do Brasil. Aliado a isso temos também a decisiva contribuição do movimento de renovação historiográfica da Escola dos Annales⁴.

1.1. OS "BRAZILIANISTAS" E A CIÊNCIA POLÍTICA: o pioneirismo na análise sobre a ditadura

A Ciência Política foi pioneira nas análises referentes ao golpe de 1964 e a ditadura no país. Esta área de pesquisa, durante as décadas de 1970 e 1980, recebia forte influência dos cientistas políticos estadunidenses, pesquisadores estes com trabalhos voltados prioritariamente para os aspectos político-institucionais, suas variáveis, rupturas e permanências.

Dentro desse movimento, se destacou uma tendência de ênfase em trabalhos sobre a História e Política brasileiros, feitos majoritariamente por nomes estrangeiros. Entre estes, temos dois importantes pesquisadores norte-americanos que se debruçaram acerca do golpe de 1964 e a ditadura. São eles: Thomas Skidmore, com sua formidável obra *Brasil: de Castelo a Tancredo*; e Alfred Stepan e seu trabalho intitulado *Os militares na política: mudanças de padrões na vida brasileira*.

Historiador especialista na trajetória política da América latina, Thomas Skidmore se norteia pela pergunta: Por que os militares não entregaram o poder tão cedo após a intervenção em 1964? Como caminho de busca para uma resposta para esta indagação, o pesquisador enfoca os fatos que permeiam o âmbito político da classe militar através de uma pontual análise sobre as contradições dentro do espectro militar traduzido na existência de dois grupos com posturas diferentes sobre o novo governo nascido em 1964.

⁴ Movimento historiográfico surgido na França, no ano de 1929, fundado por Lucien Febvre e March Bloch. Essa tendência de elaboração histórica visava romper com o modelo tradicional positivista que se baseava em uma História essencialmente cronista de exposição de fatos e acontecimentos. Esse novo modelo pretendia analisar o processo histórico à luz da “longa duração” enfocando o campo das “mentalidades”, da História Social e, principalmente, dando atenção aos sujeitos históricos antes marginalizados (História vista de baixo).

A facção mais moderada, denominados "castelistas", encontrava-se empenhada em transformar o Brasil, em linhas gerais, em uma democracia capitalista estável. Enquanto, do outro lado, existia o segmento mais radical conhecido por "linha dura". Este grupo possuía postura bem mais autoritária e antidemocrática, com forte apelo ofensivo aos direitos humanos. Contudo, sabemos, a partir de importantes análises historiográficas, que essa abordagem apresenta certa ingenuidade.

Para Thomas Skidmore, a destituição de João Goulart foi primeiramente e, sobretudo, uma operação militar. Portanto, segundo sua tese, a ofensiva autoritária do dia 31 de março representou também a expressão de fraqueza dos segmentos civis que faziam oposição ao governo de Jango, pois, "foi a relativa fraqueza das forças civis adversárias do presidente que levaram oficiais do alto nível a concluir que somente sua intervenção podia salvar o Brasil de uma prolongada guerra civil" (SKIDMORE, 1988, p. 41).

Seguindo uma linha semelhante de análise dos militares na política brasileira, temos Alfred Stepan e sua importante contribuição oriunda da reflexão presente em seu livro *Os militares na política: mudanças de padrões na vida brasileira*. Tese de doutoramento produzida em 1969, esta pesquisa lança uma hipótese de que as Forças Armadas constituíam-se, naquele momento, enquanto um subsistema dentro de conjuntura política bem mais ampla. As ações da classe militar, segundo Stepan, se definiriam pela busca incessante de unidade interna, como também de uma ação regente, de tipo "moderadora".

Ou seja, em situações de crise política e institucional, os militares de alta patente sempre procuraram reequilibrar, de maneira autoritária, o sistema político nacional atribulado por disparidades ideológicas. Sendo assim, partindo desta perspectiva, o golpe de 1964 rompe com um modelo padrão de intervenção militar na política brasileira. Agora não mais o poder seria entregue de forma imediata, como sabemos. Naquele momento ocorria a chamada quebra do "padrão moderador", tese central defendida por Alfred Stepan (STEPAN, 1969).

Ainda no campo dos estudos voltados para os aspectos institucionais, temos uma leva de importantes trabalhos desenvolvidos por professores e pesquisadores brasileiros. Como sabemos, a quantidade de trabalhos sobre a temática é enorme, no entanto, vale destacarmos contribuições de autores que desenvolveram teses de extrema importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

O primeiro deles é Wanderley Guilherme dos Santos com seu trabalho *O cálculo do conflito: estabilidade e crise política brasileira em 1979*. O foco de análise está na

chamada "paralisia decisória", ou seja, a incapacidade de ação do presidente João Goulart diante das crises política e econômica e do acirramento dos ânimos à esquerda e à direita. Segundo essa reflexão, o golpe de 1964 tem mais relação aos atores radicalizados e indispostos a abrir mão de seus ideais e convicções que da reação às propostas reformistas de Jango.

Com objetivo de problematizar as relações entre Estado e oposição, Maria Helena Moreira Alves faz uma reflexão acerca do governo Goulart de outra forma. O ponto de convergência de sua tese *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)* é justamente a relação entre oposição e Estado. Nesta obra são analisados os mecanismos de dominação política e social oriundos do golpe de 1964.

O nível de politização dentro da organização proletária durante o governo Jango atingiu seu nível mais alto no que se refere à história política do Brasil e, segundo Moreira Alves, existia um clima favorável para o desenvolvimento de organizações mais profundas e ativas. Porém, existia uma parcela da sociedade brasileira que não enxergava aquela efervescência política de modo positivo:

A rápida organização da classe trabalhadora e do campesinato assustou as classes mais altas, que nunca antes haviam sido forçadas a mínimas concessões em questões como salários, condições de trabalho ou mesmo organização sindical. (MOREIRA ALVES, 1985, p.22)

Alguns elementos foram fundamentais para que a classe clientelista como classifica a cientista política, elaborassem e desenvolvessem uma forma autoritária de Capitalismo de Estado. Dois deles foram: a influência da Revolução Cubana de 1959, pois havia por parte das elites um forte desejo de que o Brasil não se tornasse um regime socialista; o outro, não menos importante, foi o clima de crise interna advindo das tradicionais contradições entre as classes trabalhadoras e as concessões feitas pelas classes dirigentes do país.

O trabalho de Moreira Alves explicita de forma muito clara que o golpe de estado em 1964 representou uma ação orquestrada pelos setores dominantes da sociedade brasileira, em aliança com o capital internacional, tendo como premissa ideológica a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

Um dos meus principais objetivos é examinar como a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento tem sido utilizada para moldar as estruturas de Estado, impor formas específicas de controle

da sociedade civil e delinear um projeto de governo do Brasil.
(MOREIRA ALVES, 1985, p.27)

Ao analisarmos a pesquisa desenvolvida por Maria Helena Moreira Alves, percebemos de forma pontual a utilização da dialética para "designar este conflito dinâmico pelo qual cada parte da totalidade vê-se transformada e reconstituída pela outra". Portanto, o objetivo de sua reflexão é identificar que o Estado brasileiro e suas estruturas sofreram um processo de desenvolvimento a partir das ações da oposição organizada.

A cientista política Argelina Figueiredo, em trabalho intitulado "*Democracia ou reformas*", lança um olhar sobre o papel ativo de atores políticos antes secundarizados: o poder legislativo e a Presidência da República. Ao analisar estes dois importantes elementos, a pesquisadora atribui a eles a origem da crise que levara ao rompimento institucional em 1964. Logo, sua obra recusa o modelo implementado no trabalho de Wanderley Guilherme dos Santos, atribuindo a este um caráter estritamente determinista, além de rechaçar elaborações as quais acreditava serem essencialmente economicistas.

Anos depois, na década de 1990, surgem, como grande novidade no campo de investigações sobre a temática da ditadura, as importantes contribuições de Maria Celina D'Araújo e Gláucio Dillon Soares. Dividida em três volumes, (O golpe, A repressão, A abertura), A coletânea *A memória militar sobre...* destaca a figura da "utopia autoritária". A relevância desse trabalho se dá no aspecto de dar voz aos atores golpistas, sujeitos sociais até então marginalizados pela memória histórica hegemônica de combate à Ditadura. A ideia construída era a de que o golpe e a ditadura teriam sido processos reativos ao sistema política anterior, tendo as Forças Armadas Brasileiras atuado como uma forma de "reserva moral" para o país naquele momento. Para estas, havia uma missão histórica que era dar fim ao ambiente conturbado oriundo da corrupção e da venalidade dos civis, além de se buscar o enfrentamento ao comunismo.

Concluimos, portanto, que este tipo de análise apresenta-se como parâmetro o discurso daqueles que procuram relacionar o estado de exceção ao "radicalismo" da resistência e à ação da "linha dura", transformando a ofensiva autoritária do dia 31 de março em uma ação voltada para o resgate da "democracia" e da "legalidade".

Na contramão das análises citadas anteriormente, mas ainda no campo da Ciência Política, temos as reflexões de Octávio Ianni, (*O colapso do populismo no Brasil, 1968*)

Fernando Henrique Cardoso (*O modelo político brasileiro e outros ensaios*, 1979) e Guilherme O'Donnel (*Tensões no Estado autoritário-burocrático e a questão da democracia*, 1982). De maneira geral, estes três intelectuais procuraram analisar a conjuntura pré-golpe e também a ditadura sob um olhar diferenciado. Em linhas gerais, o golpe de 1964 representava nada mais nada menos que o ápice da crise do modelo agroexportador brasileiro.

Portanto, os modelos de desenvolvimento e acumulação capitalista em aliança com o capital estrangeiro estavam entrando em colapso junto com a sua face política conhecida como "populismo". Logo, fazia-se necessária a aproximação entre dois elementos primordiais: industrialização e autoritarismo. As classes dominantes entendiam naquele momento que regimes autoritários conseguiriam gerir o novo processo de acumulação de capital.

1.2. A Contribuição Marxista

A teoria marxista ganhava muita força dentro da academia brasileira nas décadas de 1960 e 1970, coincidentemente os anos mais duros do regime militar. A difusão desta linha teórica entre muitos membros da intelectualidade nacional se devia pela demarcação teórica valorativa da luta de classes dentro do contexto vivido de resistência à ditadura, pois para muitos era uma forma de enfrentamento ao estado de exceção.

Adentrando no âmbito das investigações históricas materialistas acerca do golpe e da ditadura, temos respeitáveis colaborações de Jacob Gorender e Nelson Werneck Sodré, duas figuras de notável valor no que tange os estudos históricos através do viés marxista. O primeiro, em sua famosa obra *Combate nas trevas - A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, e o segundo com a *História militar do Brasil*.

Historiador de formação, marxista por opção ideológica, membro do Partido Comunista, Jacob Gorender, em sua obra anteriormente citada, relata os momentos de maior efervescência política sob o prisma da luta de classes. Seu memorável trabalho aponta erros e acertos cometidos pelas esquerdas brasileiras na conjuntura do pré-golpe de 1964 e também durante a ditadura.

Partindo deste referencial, Gorender tem postura bastante crítica em relação ao presidente João Goulart que, acima de sua condição política pessoal, preferiu manter a ordem burguesa com tal, sem responder ao golpe. Para o historiador, Jango evitou um confronto por receio de perder as rédeas do país. O autor vai além ao falar que:

Tornou-se corrente na literatura acadêmica a assertiva de que, no pré 64, inexistiu verdadeira ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo. Os golpistas teriam usado a ameaça apenas aparente como pretexto a fim de implantar um governo forte e modernizador (GORENDER, 1987, p.66).

Em postura claramente contrária, o historiador afirma que essa conclusão se trata de mero positivismo superficial. O autor credita ao período entre 1960 e 1964 o momento auge da luta de classes no Brasil ao longo do século XX. A politização da classe trabalhadora se transformara em consistente ameaça à estabilidade institucional da ordem burguesa no país.

Respaldados pela estima em manter a propriedade privada e a força coercitiva do Estado, a direita golpista brasileira, articulando a eclosão de uma situação revolucionária nos primeiros meses de 1964, agiu em prol das classes dominantes e do imperialismo, realizando uma ação contrarrevolucionária preventiva, segundo Jacob Gorender.

Portanto, Gorender acaba consolidando dois discursos de entendimento do que foram as reais razões da deposição de João Goulart e a instauração de uma ditadura no Brasil: o estágio decisivo em que se encontrava o capitalismo brasileiro, assim como o caráter profilático e contrarrevolucionário da ação, considerando reais às ameaças revolucionárias das esquerdas.

Já o militar e historiador de formação Nelson Werneck Sodré traz reconhecida contribuição para a historiografia brasileira ao traçar uma análise minuciosa da classe militar brasileira desde o Império. Para o autor de *História Militar do Brasil*, à medida que Jango dialogava em prol do alargamento da democracia no Brasil, a partir das reformas de base, a parcela conspiradora ganhava adeptos em vários segmentos sociais.

O fantasma do comunismo, as acusações de corrupção e inabilidade administrativa de João Goulart e a radicalização à esquerda e à direita, segundo o pesquisador, foram elementos utilizados para justificar a ação golpista por parte das classes dirigentes, como vemos:

O radicalismo pós-golpe de 1964 foi bem maior do que o radicalismo do processo político brasileiro anterior ao 31 de março. Os expurgos, prisões e torturas foram mais agressivos que os discursos, agitações, comícios e outras demonstrações anteriores ao golpe vitorioso. (WERNECK SODRÉ, 2010, p.467)

Ao apontar essa parcela conservadora da sociedade brasileira de "componentes do atraso", Werneck Sodré atesta que as reformas trariam significativo progresso para o país, e que esses bastiões do conservadorismo lutaram de todas as maneiras a fim evitar o avanço da consciência nacional a respeito das reformas de base no Brasil.

1.3. O Revisionismo Historiográfico

A partir da década de 1990, período marcado pelo fim da Guerra Fria e da dissolução da União Soviética, passou a existir um acelerado avanço da ideologia neoliberal em todos os âmbitos da sociedade. Na academia, esse processo não foi diferente, haja vista a enorme difusão de trabalhos nas universidades brasileiras que procuram estabelecer uma releitura sobre o golpe de 1964 e a ditadura partindo de um viés de forte crítica às esquerdas.

Esse tipo de movimento historiográfico apresenta bastante aceitação dentro da opinião pública. Meios de comunicação da grande mídia, editoras renomadas e a própria academia abrem espaço para a elaboração e difusão dessas pesquisas. A partir desta tendência, surgem novas investigações e teses baseadas em diferentes interpretações acerca do governo João Goulart, da ação das esquerdas, da justificativa sobre o golpe e da ditadura vigente por três décadas.

As primeiras reflexões revisionistas trazem uma leitura de que tanto as esquerdas quanto as direitas tinham pretensões, ou seja, forte apelo ao rompimento democrático. Sendo assim, nossas próximas linhas trarão alguns nomes e trabalhos marcados e caracterizados por essa operação revisionista.

O professor da Universidade Federal Fluminense, Demian Bezerra de Melo, em seu artigo "*O golpe de 1964 e meio século de controvérsias e o estado atual da questão*", publicado em 2013, na edição 16 da revista *História e Luta de Classes*, destaca o caráter revisionista de Argelina Figueiredo. Esta tem sua tese sobre o golpe pautada na ideia de que a responsabilidade partiu mais das esquerdas e do executivo do que realmente daqueles que conspiraram e elaboraram um projeto de tomada do Estado.

O historiador Daniel Aarão Reis Filho corrobora com o pensamento da cientista política Argelina Figueiredo no que se refere ao ato e criticar as elaborações do Uruguaio René Armand Dreifuss e de sua obra *1964: a conquista do Estado*, na qual existe uma vasta pesquisa sobre o complexo IPES-IBAD, dois importantes organismos

políticos que atuaram durante o governo João Goulart com o propósito de desestabilizar o executivo.

Segundo Daniel Aarão, na pesquisa de Dreifuss, existiria uma superestimação da atuação desse complexo IPES-IBAD, ou seja, para o escritor de *O colapso do populismo*, os segmentos sociais de direita se apresentaram à época como uma força reativa ao suposto radicalismo das esquerdas, apontando a estas a culpa por uma visão instrumental do regime democrático.

Dentro desta ótica, sobram críticas até para o Partido Comunista Brasileiro, que para muitos era visto com desconfiança e taxado por muitos como "moderado", haja vista sua posição bastante passiva em relação à destituição de João Goulart. Para o professor da UFF, aquele que era o maior partido de esquerda durante a década de 1960 abriu mão de seu programa de confronto "agressivo e de revolução".

Outro expoente da corrente revisionista acerca da ditadura no Brasil é o historiador Marco Antonio Villa. O autor de *Jango: o perfil* afirma que existia por parte tanto da direita quanto da esquerda uma equivalência no intento antidemocrático. Segundo o professor da Universidade de São Carlos, durante a década de 1960, não havia uma cultura política de valorização da democracia dentro da sociedade brasileira e que, partindo desse princípio, determinados atores políticos desenvolveram um concatenado projeto de desgaste do governo João Goulart e que culminou em sua destituição em 1964.

Ainda no campo do revisionismo temos outro professor de História da Universidade Federal Fluminense. Jorge Ferreira, especialista na história do Brasil República, com ênfase em temáticas como Trabalhismo e Populismo. Para o autor, uma considerável parcela da população brasileira presenciava de maneira inerte ao acirramento dos ânimos entre a direita e a esquerda.

Ao analisar o comportamento das esquerdas durante o período pré e pós-golpe de 1964, Jorge Ferreira reitera a ideia de que estas sempre se posicionaram de forma radical, intolerante, sectária e com ponderações revolucionárias de forte desapego aos preceitos democráticos. Portanto, segundo o professor, a direita estava se postando quase sempre de forma reativa ao suposto radicalismo das esquerdas sob a alegação de que àquela encontrava-se aterrorizada com as ações da CGT, das Ligas Camponesas, dos subalternos militares, das instâncias sindicais, das agremiações estudantis e, principalmente da força política de Leonel Brizola.

A lição que podemos tirar através de uma análise geral acerca das principais operações revisionistas sobre o golpe e a ditadura é de que, dentro do contexto político da década de 1960, todos os sujeitos históricos de grande importância para o cenário nacional tinham intenções golpistas. Assim, tanto à direita (militares "duros", liberais, conservadores, direita civil, empresários), quanto à esquerda (PCB, Brizola, as Ligas Camponesas, CGT, UNE, sindicalistas, progressistas, nacionalistas, militares subalternos), havia forte disposição pela quebra do sistema democrático.

A conclusão que tiramos a partir da apresentação, ainda que embrionária, desses trabalhos é o fato de que a utilização do termo "civil-militar" por parte da historiografia sobre a temática a partir da virada do século XX para o XXI representou um enorme avanço teórico e político no que se refere aos conceitos que se tornaram defasados e ultrapassados como "ditadura militar" ou "regime autoritário”.

No entanto, dentro dessa demarcação de posição teórica e até mesmo política que é a escrita da História, percebemos que o conceito "civil-militar" passou a atender outros interesses dentro do âmbito das disputas dentro da historiografia. Uma parcela significativa de novos e antigos historiadores, através de avanços em suas elaborações teóricas e historiográficas, passaram a identificar que o termo "civil-militar" também apresenta relativa insuficiência teórica, e é aqui que marcamos nossa posição. Conferir participação de militares e não militares à uma façanha de enfrentamento ao comunismo ainda se mostra uma maneira bastante mítica e benigna ao discurso dos revisionistas até mesmo de golpistas e ditadores.

Esse entendimento, segundo o historiador Demian Melo, um dos maiores críticos do revisionismo busca nada mais que tornar natural uma leitura corporativista dos militares em relação à sociedade brasileira. Esse tipo de noção, para o autor, visa consolidar uma distinção entre civis e militares. Portanto, enfatizamos que a opção pela caracterização do regime instaurado em 1964 como “Empresarial-Militar”, conceito inicialmente construído por Dreifuss, é um posicionamento dentro do campo historiográfico que nos remete à defesa da participação dos civis tanto na preparação do movimento que destituiu Goulart em 1964 quanto nas engrenagens do Estado durante as duas décadas posteriores.

1.4. O GOLPE E A DITADURA "EMPRESARIAL-MILITAR": os embates historiográficos

O último momento desta discussão historiográfica se refere justamente a essa parcela de historiadores que reconhece a existência do revisionismo, mas que também não se limitara apenas a identificar e criticar. Alguns pesquisadores, aos quais abriremos espaço para a exposição superficial de suas teses, propuseram-se a elaborar, a partir do aprofundamento teórico e documental de seus trabalhos, um conceito sobre o golpe e a ditadura no Brasil.

A forte participação burguesa no golpe de 1964 e posteriormente nos quadros administrativos da ditadura reitera, segundo esses historiadores, a necessidade de utilização da denominação "Empresarial-Militar" como justificativa do forte teor de classe (segmento empresarial) existente no processo de tomada e remodelagem do Estado a partir de 1964.

Algumas dessas pesquisas reforçam uma leitura presente no trabalho de René Dreifuss intitulado *1964: A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. A linha de pensamento traçada pelo historiador uruguaio é de que existia a necessidade de se apontar o papel primordial exercido pela classe burguesa através do capital multinacional e associado. A parcela civil da sociedade com ação direta no golpe e na ditadura, segundo o próprio pesquisador, estava aliado ou fazia parte de importantes aparelhos privados de hegemonia⁵.

Uma das mais recentes pesquisas sobre a visão "Empresarial-Militar" do golpe e da ditadura é da historiadora Martina Spohr Gonçalves. Pesquisadora pela Fundação Getúlio Vargas, seu trabalho intitulado *A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964* encontra um arcabouço documental que sustenta a tese de que havia, no âmbito da ação golpista, um protagonismo do empresariado nacional e estrangeiro em aliança com a alta oficialidade militar.

⁵ Para Gramsci, Hegemonia pode ser entendida como um direcionamento moral, político, cultural e intelectual revestido de coerção, representando a dominação de uma classe ou fração de classe através da primazia cultural e político-ideológica sobre outras classes ou grupo de classes. Ao compreendermos as formulações teóricas de Antonio Gramsci em torno do conceito de Hegemonia, destacando os "Aparelhos Privados de Hegemonia" e os "aparelhos coercitivos do Estado", notamos que a sociedade civil constituiu-se enquanto espaço de hegemonia das classes dirigentes e dominantes. Ao mesmo tempo, e em movimento contrário, existem estratos sociais que buscam estabelecer seus projetos contra hegemônicos, rompendo com a dominação cultural, ideológica, política e econômica. Os aparelhos privados de hegemonia podem ser caracterizados Igreja, sindicatos, partidos políticos, sistema educacional, meios de comunicação, empresas, organismos civis e científicos.

Ao retomar ponderações de René Dreifuss, a professora do CPDOC evidencia a ação do *IPES/IBAD* dentro das Forças Armadas com a intenção de cercear os dispositivos militares do presidente Goulart. Valendo-se de correspondências pessoais do adido militar norte-americano no Brasil, Verno Walters, a historiadora salienta a relação próxima deste com membros do alto escalão do governo dos Estados Unidos, como o embaixador Lincoln Gordon, e até com o presidente Kennedy.

Amigo íntimo de muitos membros do alto escalão do exército brasileiro, o empresário Paulo Ayres Filho é objeto de análise acerca da importante atuação do empresariado nacional na destituição de João Goulart. Figura muito próxima a Golbery de Couto e Silva⁶, o empresário do ramo farmacêutico, demonstrava ter muita afinidade com as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

A investigação de suas correspondências esclarecia de maneira muito firme o seu posicionamento bastante liberal no que se referia aos caminhos que deveriam ser traçados pela política internacional do governo brasileiro. Sendo assim, não havia apenas uma consonância de interesses entre o setor empresarial nacional e o capital estrangeiro, mas também com membros das Forças Armadas e do alto escalão do poder executivo norte-americano.

A pesquisa *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro*, produzida pelo historiador Fábio Konder Comparato, aponta que a gênese do golpe de 1964 encontrava-se na desarmonia do empresariado, os grandes latifundiários e a classe política. Para muitos, os representantes políticos da época, em especial o presidente Jango, não estavam mais a altura dos anseios daqueles setores dominantes.

Para o professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a radicalização dos atores políticos tanto à direita quanto à esquerda acabaram por romper com a tradição conciliatória de resolver os problemas políticos no Brasil. O porquê disso se deve ao fato, segundo o próprio intelectual, de que grande parte da classe média brasileira encontrava-se afinada ao discurso das esquerdas, passando a representar uma considerável parcela da população engajada nas reformas de base propostas por João Goulart. Aquele aparentava ser um momento de grande ameaça à hegemonia dos grandes empresários do país e o fato de ter seus privilégios ameaçados

⁶ Foi um general e geopolítico brasileiro. Tornou-se reconhecido como um dos principais teóricos da doutrina de segurança nacional, elaborada nos anos 1950 pelos militares brasileiros da Escola Superior de Guerra (ESG), sendo um dos criadores do Serviço Nacional de Informações (SNI).

levaram estes a buscar alianças com segmentos das Forças Armadas, como Fábio Konder afirma neste trecho:

Era natural, nessas circunstâncias, que os grandes proprietários e empresários, nacionais e estrangeiros, temessem pelo seu futuro em nosso país e se voltassem, agora decididamente, para o lado das Forças Armadas, a fim de que estas depusessem os governantes em exercício, substituindo-os por outros, associados aos potentados privados, segundo a velha herança histórica. (COMPARATO, 2014, p.8)

Logo, a ação política que objetivava depor João Goulart e implantar um Estado de Exceção no Brasil se caracterizou como uma intervenção militar contra um governo constitucionalmente eleito, ceifando a democracia. Com o estabelecimento da ditadura, foram implantadas políticas econômicas de aceleração da acumulação de capital através da superexploração dos trabalhadores.

No cerne dessa análise temos a expansão do capital-imperialismo⁷ no Brasil a partir da primeira metade do século XX. Naquele período notava-se a transição da fração de classe dirigente dentro das classes dominantes brasileiras. As grandes oligarquias do nordeste estavam perdendo força diante dos industriais do centro-sul, em especial do estado de São Paulo.

Em virtude da massiva politização dos setores subalternos da sociedade brasileira já nas décadas de 1950 e 1960, a intensificação de expropriações primárias e secundárias, e a demasiada excessiva concentração de capitais tornaram-se elementos necessários para o sucesso do capital-imperialismo no Brasil. Por tanto, segundo a historiadora Virginia Fontes, as querelas entre as classes dominantes impulsionaram a elaboração de exploração capitalista.

Sendo assim a opção pela gestão autoritária desse estágio de acumulação capitalista é vista como um regime que admitia "apenas escassos elementos de incorporação subalterna das grandes massas de população". Portanto, para a grande burguesia nacional, em associação ao capital externo, era extremamente necessário barrar a forte inserção política dos segmentos populares no país naquela época.

⁷ A noção de *capital-imperialismo* adotada pela historiadora brasileira Virgínia Fontes busca evidenciar um salto de qualidade do imperialismo. Ao dialogar com o conceito de *imperialismo* formulado por Lênin, em sua obra *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*, Virgínia Fontes destaca que a partir dos anos 1990 passou a existir uma remodelagem do sistema capitalista, levando em consideração o seu caráter financeiro. A ideia de capital-imperialismo procura recuperar os conceitos clássicos para explorar um presente forçosamente diverso do período no qual nasceram, mas que representa a continuidade e o aprofundamento da mesma dinâmica do capital.

Dentro do campo de análises que voltam suas atenções para a participação da classe empresarial na ação de desestabilização do governo Goulart e posteriormente da estrutura burocrática do regime, temos a importante contribuição do professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Renato Lemos. Seu trabalho intitulado *Contrarrevolução e Ditadura: ensaio sobre o processo político pós-1964* aborda a questão do golpe de 1964 como um elemento localizado numa longa duração.

A influência teórica de Fernand Braudel é sistemática dentro desta pesquisa no que se refere a ato de localizar o processo político de rompimento democrático ocorrido no Brasil na década de 1960 como um objeto do longo século XX. Aliada a isso, identificamos também a utilização do conceito de contrarrevolução no desenvolvimento dessa investigação histórica acerca do tema. Mas de que forma podemos identificar a relação dos conceitos de longa duração e contrarrevolução nesse tipo de trabalho?

Ao explicar as motivações que levaram ao golpe, Renato Lemos as classifica como ações de um aparato burguês-militar, retomando cruzamentos históricos da curta, média e longa duração entre 1914-1989, período que vai do início da Revolução Socialista na Rússia até a desfragmentação da União Soviética, marcando o fim da Guerra Fria. Ou seja, o golpe e a ditadura caracterizam-se, segundo o autor, como reflexos do processo de acumulação do capital em escala global e intensificação das lutas de classe pelo mundo.

Portanto, neste sentido, a contrarrevolução seria o elo entre esses tempos, assim, a crise do sistema democrático brasileiro, no âmbito das lutas de classes, enquadra-se na "longa duração". O golpe de 1964 e a ditadura seriam elementos reativos à uma nova alternativa política, econômica e ideológica de contestação do capitalismo burguês, que seria o socialismo.

Neste sentido, para o historiador, é possível verificar que dentro do contexto de avanço do capital imperialismo no país, em paralelo à gênese da sociedade burguesa nacional se deu sob o prisma da ascensão socialista no mundo que estaria por ameaçar os privilégios da ordem burguesa no planeta. Ou seja, prevenir quaisquer manifestações ou propostas revolucionárias se fazia bastante necessário.

Demian Melo também defende o uso o conceito "Empresarial-Militar" ao se referir sobre o golpe e a ditadura. Seu trabalho intitulado *Ditadura civil-militar? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do Tempo Presente* é sem dúvida uma das maiores referências dentro das

críticas que se fazem ao revisionismo e também de localização de classe no processo de desgaste e destituição do governo João Goulart.

Algumas evidências no trabalho do professor da Universidade Federal Fluminense reforçam o pensamento de que existiu no Brasil uma ditadura realmente "Empresarial-Militar". Pontos que corroboram com essa tese são: acelerado acúmulo de capital, expansão da fração do capital ligado ao setor industrial e super exploração da classe trabalhadora, como podemos ver:

Como exemplos eloquentes, pensemos o empresariado ligado à construção civil (como os grupos Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht), à indústria pesada (Gerdau, Votorantim, Villares, entre outros), sem esquecer o sistema bancário (de que são exemplos os grupos Moreira Salles, Bradesco e Itaú), grupos que construíram ou consolidaram seus impérios naquele contexto. No ramo das telecomunicações, a maior empresa do país, a Rede Globo, cuja trajetória de colaboração com o regime ditatorial está bem descrita no documentário *Muito Além do Cidadão Kane*, de Simon Hartog (Reino Unido, 1993), deve ser incluída na lista. (MELO, 2012, p.3)

A partir desta leitura, a defesa do termo "empresarial-militar" representa acima de tudo uma demarcação de posição dentro dos embates existentes atualmente no campo da historiografia sobre a temática da ditadura brasileira. Porém, convém ressaltar que esse posicionamento não foi elaborado recentemente. Aqueles que acreditam nesse tipo de conceito procuraram refletir a partir das ponderações de René Dreifuss, em sua obra *1964: a conquista do Estado*, buscando estabelecer uma crítica a pesquisas e discursos que visam "anistiar historiograficamente" pessoas, classes sociais e grupos políticos que se empenharam na derrocada do regime democrático brasileiro, equiparando-os àqueles segmentos que foram usurpados do poder e outros que sofreram toda a repressão possível pela ditadura.

A adesão a esta concepção teórica toca na questão referente ao lugar social dos gestores e donos dos grandes jornais do estado do Maranhão. Assim como no eixo sul-sudeste, os proprietários desses meios de comunicação foram empresários e de certa forma podem ter aderido ou não ao projeto de classe que se tornava hegemônico em 1964.

Localizar dentro da sociedade civil àquelas pessoas ou frações de classe que conspiraram contra um regime democraticamente eleito e, ainda, elaborou um projeto de tomada do Estado faz-se extremamente cara à compreensão da história política

nacional. Afastarmo-nos de uma concepção rasteira e tendenciosa sobre o golpe e o estado de exceção vigente a partir de 1964 e que duraram 21 anos, representa a necessidade do avanço na luta em prol dos direitos humanos e da construção de uma sociedade mais justa.

CAPÍTULO 2 - REPRESSÃO EM FOCO: UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA DE REPRESSÃO MILITAR.

2.1 A repressão no regime empresarial-militar

*Censura nunca acaba para aqueles que vivenciaram a experiência.
É uma marca no imaginário que afeta o indivíduo que sofreu. É para sempre.*
Noam Chomsky

Repressão: segundo um dicionário virtual⁸, significa um recurso violento empregado oficialmente contra movimentos sociais, dissidentes, revoltas populares entre outros. Este vocábulo, portanto, tem um espaço significativo na história da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil, momento histórico marcado por práticas que desencadearam, muitas vezes de forma negligente, um duro processo de perseguição contra aqueles que se opunham aos militares, principalmente a partir da implementação do Ato Institucional nº 5 em 13 de dezembro de 1968.

Quando nos propomos a falar sobre o processo de repressão no regime Empresarial-militar, estamos também fazendo referências a fatos mal resolvidos, sentimentos, paixões e utopias, fatos esses interrompidos e marcados pela ausência de respostas.

Dentro de uma perspectiva apresentada por Jacob Gorender, o historiador afirma que “o principal” da ditadura empresarial militar já foi extraído e que somente os detalhes e as atuações individuais podem nos fornecer revelações mais significativas sobre os fatos (GORENDER, 1987), Carlos Fico por sua vez, afirma que é necessário descobrir novas fontes provenientes do governo ou em arquivos sigilosos (FICO, 2003 p.173).

Neste aspecto, Carlos Fico afirma que embora tenhamos, de modo geral, assimilado a informação que os militares queimaram ou deram fim a essas fontes, os arquivos dos antigos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) nos possibilitam um vasto objeto de análise para pesquisas. No Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) muitas dessas fontes sequer foram tocadas, o que abre um leque

⁸Disponível em <http://www.dicionarioinformal.com.br/repress%C3%A3o/>. Acessado em 15/11/15

de possibilidades para pesquisas e análises acerca da estrutura da Ditadura Empresarial-Militar no Maranhão como testamentos, dossiês, cartas, publicações de jornais, ofícios de subversão dentre outros.

Os trabalhos desenvolvidos sobre o tema na região nordeste tem sido cada vez mais cobiçados pelos historiadores que se debruçam sobre o regime Empresarial Militar, contemplando os desejos de Gorender de mergulhar nos fatos isolados e obviamente descentralizar as discussões sobre a repressão do eixo Rio-São Paulo ou da região Sudeste.

Neste sentido é importante analisar o processo de repressão considerando aspectos determinantes para entender a Ditadura Empresarial- Militar, como a criação de alguns órgãos pelos militares para “estabelecer a ordem” na censura a jornais, músicas, teatros; as estruturas de espionagem. Segundo Carlos Fico, os militares chegavam a criar situações em volta de um cidadão que poderia ser ou não um suspeito que porventura ameaçaria a moral dos militares, sendo considerados subversivos a ponto de serem torturados ou até mortos.

Cabe ressaltar ainda as propagandas que eram lançadas com a proposta de legitimar um “bem estar social” e maquiar as mazelas sociais provenientes das repressões do regime militar. Assim iremos notar que por trás de diversos projetos políticos e econômicos, vislumbrados e até mesmo concretizados pelos militares, a montagem de um aparelho repressivo não ficou em segundo plano, muito antes pelo contrário, a macro estrutura encabeçada pelos militares com a intenção de punir, torturar, privar e até matar em nome da manutenção da ordem do aparelho estatal gerou um clima de tensão e medo no Brasil durante o regime empresarial militar.

O historiador Carlos Fico, em um texto intitulado: *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão* (2003) apresenta alguns motivos que impulsionaram a repressão como os famosos discursos de Marcio Moreira Alves que se tratava da greve das namoradas dos militares incentivadas a fazerem greves contra seus maridos; apresenta ainda a vontade primária que era fechar a câmara dos deputados realizando a “Operação Limpeza”⁹.

Para entendermos o processo de repressão adotado na Ditadura Empresarial-Militar no Brasil, precisamos buscar alguns conceitos importantes como o de Terror de

⁹Medida instaurada pelos militares pouco depois do golpe que legitimava as ações do Governo militar com o discurso de limpeza do País. Os atos constitucionais instaurados a partir de então foram os maiores exemplos de legitimação dos expurgos políticos e da repressão.

Estado (TDE) defendido pelo professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Enrique Serra Padrósna obra *América Latina: Ditaduras, segurança nacional e Terror de Estado*. Para o historiador este mecanismo foi utilizado para consolidar as propostas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) com o objetivo de sustentar os interesses da classe dominante e do capital estrangeiro que financiou as ditaduras no Cone Sul latino-americano a partir da década de 1960. Além disso, temos como aspecto determinante a necessidade de intimidar as tendências de questionamentos sociais.

É importante destacar que os estudos sobre a Doutrina de Segurança Nacional representam não só a compreensão de como funcionavam os aparelhos de repressão no regime empresarial-militar por si só. Muitas respostas sobre os atos de truculência dos regimes militares, sobretudo na América latina, são frutos de questionamentos de instituições vinculadas aos direitos humanos. Segundo Padrós a ausência de respostas a esses atos representam a permanência de feridas ainda não cicatrizadas na história dos regimes autoritários.

2.2-A Megaestrutura de Repressão

Mediante ao novo momento em que os militares tomam as rédeas no regime empresarial-militar, surge a necessidade de criar uma nova estrutura para combater aqueles que ameaçavam a ordem no país. Desta forma, percebemos que alguns órgãos de repressão foram criados para não permitir as constantes práticas de contestação que consecutivamente também vão se intensificando no período da ditadura através dos jornais e as diversas manifestações culturais.

Inicialmente o SNI (Serviço Nacional de Informações) era uma instituição responsável pela coleta de informações desde as fases de conspirações antes e depois do golpe. Foi criado ainda o Sistema Federal de Informações e Contra Informações (SFICI) criadas por Golbery do Couto e Silva (Fico 2003 p.175).

A figura de Golbery, o ministro Chefe da Casa Militar ,do general Jayme Portela de Melo e o próprio presidente Costa e Silva, se tornaram essenciais para entender as origens da repressão, a partir de um rede de espionagem criada para monitorar os subversivos. A criação da Assessoria Especial de Segurança (AESI) deu-se bem mais por capricho e pelo prestígio dos seus chefes, ou seja, as AESI's eram a assessoria de

um “órgão macro” subordinada ao Conselho de Segurança Nacional¹⁰ para auxiliar nas investigações e nas práticas de espionagem.

Depois da primeira instituição só se sucederam a criações de mais e mais órgãos. O “Plano Nacional de Informações” aprovado pelo SNI se tratava de uma zona de espionagem que passaria a partir daquele momento a fazer parte do conjunto. Outra criação dos “linhas-duras” foram os falados CODI-DÓI ou DÓI-CODI que aliavam a simples prática de colher informações e executar as penas e as torturas designadas.

Segundo Carlos Fico (2003), o DÓI fazia todo o processo de sondagem, recortes de jornais, ou seja, se encarregavam de juntar as provas enquanto o CODI que castigava, torturava e até matava. O autor afirma que ainda existiam mais órgãos internos como o Centro de Informações do Exército (CIEEX), o Centro de Informação de segurança da Aeronáutica (CESI) e o Centro de Informação da Marinha (CENIMAR). Cabe lembrar que todos esses órgãos específicos foram criados com um objetivo principal: lutar contra a subversão.

No Maranhão em fontes disponíveis no Arquivo Público do Estado são encontradas várias listas de cidadãos que eram julgados por militares como “subversivos” e que muitas vezes nem sabiam que eram notificados. Logo, a criação deste macro aparelho formado para reprimir os “subversivos” chegaram a extremos como julgar banalmente qualquer cidadão que vivesse uma rotina um pouco diferente dos demais. Como cita Carlos Fico, o fato da presença de um professor universitário ser militante de esquerda poderia ser considerado um problema para os militares.

Um fato importante de se destacar é que o discurso para legitimar perante a sociedade a atuação de muitos desses órgãos foi o combate à luta armada e às guerrilhas urbanas. Inspirados pela Revolução Cubana em 1959, tivemos no Brasil movimentos de grupos armados que queriam resistir à ação dos militares.

Podemos destacar aqui o Movimento Nacionalista Revolucionário que inicia os laços com os guerrilheiros cubanos, a partir deste movimento formou-se um grupo de guerrilha para atuar na serra do Caparaó em Minas Gerais, a ideia era agir como em Sierra Maestra em Cuba aproximando os guerrilheiros dos camponeses para consolidar a revolução. No entanto o movimento foi sufocado sem que um tiro fosse disparado.

¹⁰ Criado pelo artigo 162 da Constituição de 1937, inicialmente com a função de estudar todas as questões relativas à segurança nacional. No quadro das transformações geradas pela instituição do governo militar no Brasil em 1964, o CSN tornou-se, pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, tornou-se o órgão de mais alto nível de assessoramento direto do presidente da República, na formulação e na execução da política de segurança nacional.

Nesse contexto, cabe ressaltar ainda a Aliança Libertadora Nacional destacando a figura de Carlos Marighella morto em 1969 por forças policiais na cidade de São Paulo e a Vanguarda Popular Revolucionária cujo nome em destaque foi Carlos Lamarca que foi morto na Bahia em 1971. Não podemos esquecer ainda da conhecida guerrilha do Araguaia em que militantes do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) se dirigiram a região do Bico do Papagaio entre os Rios Araguaia e Tocantins a fim de consolidar o processo revolucionário a partir do campo, no entanto o movimento foi sufocado em 1975.

A partir dos exemplos acima percebemos que os militares tinham como principal argumento para justificar a repressão a disseminação das ideias socialistas e do comunismo pregados pelos movimentos comunistas, este seria o argumento utilizado para legitimar o discurso de atuação dos órgãos de repressão.

Outro aspecto que vale ressaltar foi à criação do Sistema CGI (Comissão geral de investigações) que consistia na punição de homens públicos que se envolviam em escândalos de corrupção e enriquecimento ilícito. (Fico 2003 p.187) No entanto este funcionou por pouco tempo já que muitos militares também estavam envolvidos em crimes de corrupção.

Para justificar a atuação dos aparelhos de repressão no Maranhão podemos destacar a documentação do Dops reunida no Arquivo Público do Estado do Maranhão. Foi realizado um trabalho de mapeamento e fotografia de documentos, dossiês, recortes de jornais, fichas de subversivos entre outros. Dentre as diversas documentações analisadas nos chamou a atenção um caso, ocorrido no Rio Grande do Sul em 1966, conhecido como “caso das mãos amarradas”. Foi encontrado, no rio Guaíba, o corpo do ex-militar Manoel Raimundo Soares boiando com as mãos amarradas. No entanto, porque usar como objeto de análise tal documentação uma vez que a mesma não relata um caso específico no Maranhão? A resposta está naquilo que a historiografia recente já aponta: a existência de um sistema complexo e muito bem organizado contra aqueles que se opunham ao projeto empresarial-militar.

No Maranhão, a sede do Dops estava localizada exatamente na Secretaria de Segurança Pública no Estado do Maranhão. Não sabemos ao certo quando a documentação do *caso mãos amarradas* deu entrada na Secretaria de Segurança na época do regime. No entanto, em 1991 esta documentação chegou a Arquivo Público do Maranhão através do Projeto “Memórias Reveladas” apresentando nomes de grandes personalidades do Brasil e do Maranhão.

O caso mãos amarradas tratava da morte de um dos líderes do “movimento legalista”, Manoel Raimundo Soares, que apoiava a restituição do Governo João Goulart que fora deposto pelos militares. O Sargento foi preso no Rio Grande do Sul em 1966. O caso ficou conhecido nacionalmente pela característica de sua brutalidade. O corpo foi encontrado com as mãos amarradas no Rio Guaíba no dia 24 de agosto¹¹.

A documentação trata basicamente da solicitação da reabertura das investigações do caso “Mãos Amarradas” pelo reformado militar da Aeronáutica, Mário Ranciaro, que acusava militares do III Exército pela morte do sargento Manoel Soares e ainda pelo assassinato de Hugo Kretschoer que teria sido o autor do crime. No recorte do *Jornal Folha da Tarde*, de quatro de janeiro de 1980, foi publicado a solicitação de abertura do processo contra os militares acusados do crime. É importante destacar que neste momento o AI-5 já fora extinto¹², que possibilitou a reabertura do processo sem a intervenção dos militares no julgamento dos possíveis culpados¹³. Mesmo com a Lei da Anistia decretada pelo governo Figueiredo em 1979, não seriam isentos de investigações.

Foram encontrados ainda registro das reações dos militares no intuito de reverter o quadro das investigações a seu favor. O tenente Ranciaro seria submetido a um exame de sanidade mental pela Junta Médica Superior da Aeronáutica. O advogado do tenente, no entanto, entrou com um recurso para evitar os exames.

A documentação analisada comprova a eficiência do projeto de repressão proposto pelos militares. Um fato ocorrido no outro canto do país chega ao Maranhão podendo ser lido como reflexo da grande organização de punição a quem se opunha ao projeto militar. Foram, portanto, representações de uma “cadeia nacional” montada pelos instrumentos de repressão no Brasil.

2.3 Censura: Criação ou Adaptação?

Ao colocarmos a censura como objeto de estudo, podemos concluir que nunca foi difícil censurar neste país. Obviamente, ao pensarmos nas práticas de censura mais significativas na Ditadura Empresarial-Militar, sem dúvidas a censura é o maior objeto

¹¹ Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/o-caso-das-maos-amarradas-prisao-e-morte-de-um-sargento-nacionalista/>; Jornal O estado de São Paulo, 12, outubro de 1979, série: Avulsos, Pasta: 12, Cod: 07 Fl.125.APEM.

¹² Emenda constitucional nº 11 que declara extintos os poderes discricionários estabelecidos pelo AI-5 e demais legislações repressivas no dia 13 de outubro de 1978 e extinto definitivamente no dia primeiro de janeiro.

¹³ FICO, Carlos. Como eles agiam. Rio de Janeiro: Record, 2001 p.251

de estudo. No entanto, não se trata de uma criação da censura, mas uma adequação dela aos projetos do que determinava o governo empresarial-militar.

Na obra: *Cães de Guarda: entre jornalistas e censores*(2004), Beatriz Kushnir define os militares como agentes intensos a censura no Brasil focando principalmente nos cruzamentos que se davam entre os jornalistas que eram censores ou vice-versa, em outros casos de jornalistas que eram policiais e também censores.

A autora dá continuidade em sua análise afirmando que as empresas jornalísticas poderiam também ser vistas como clãs, feudos, oligarquias partindo do pressuposto que os principais jornais do eixo Rio-São Paulo-*Jornal do Brasil, O Globo, Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo*, são ou foram pelo menos até pouco tempo empresas familiares (KUSHNIR, 2004, p.250-251).

Destacamos ainda a questão da censura prévia, citada por Carlos Fico como uma medida de proteção dos militares para que não fossem liberadas quaisquer publicações. A censura prévia consistia na análise das publicações de artigos e matérias que eventualmente poderiam significar uma afronta ao Regime empresarial militar que poderiam ser divulgadas ou instantaneamente vetadas.

No âmbito musical não foi diferente. Em entrevista ao “Estado de São Paulo”, em 30 de Janeiro de 2005, Odete Lanziotti, funcionária aposentada da polícia federal e ex-técnica de censura nos anos 70, relatou situações pelas quais teve que vetar músicas ou responder alguns processos por liberação de músicas que supostamente estariam abalando a moral do Estado:

Muitas vezes, a gente reprovava a música, mas se sentia como se estivesse se prostituindo, porque não concordava com aquilo. Mas os censores tinham de ter o máximo de cuidado. Recebíamos muitas orientações que deviam ser seguidas. Quem aprovasse uma música que depois fosse reprovada em Brasília tinha de responder a processo interno(O Estado de São Paulo, 30/01/2005, Nacional, p. A4)¹⁴

Relatou ainda que chegou a responder processos por liberar algumas canções:

Fui criada ouvindo o ditado, nem sabia que tinha um general Muricy (Antônio Carlos Muricy, um dos líderes do golpe militar de 1964). Mas respondi a processo e me defendi. Tive colegas que foram transferidos de cidade porque aprovaram letras que não deveriam ser liberadas (O Estado de São Paulo, 30/01/2005, Nacional p.A4).

¹⁴Disponível em

http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/305588/complemento_1.htm?sequence=2 Acessado em 23/10/2015.

O comentário acima fazia alusão a uma letra que falava sobre o *tempo de murici*. O ditado era: “*em tempo de murici cada um cuida de si*”. Não vislumbrando problema algum, liberou a música e foi convocada a responder processo. Obviamente este processo de repressão não se deu somente no aspecto musical, mas no teatral e também na imprensa. Chico Buarque afirmou, por exemplo, em entrevistas na produção do documentário *Muito além do cidadão Kane* que foi intimidado pela TV Globo afirmando:

Nada se faz sem consultar o Roberto Marinho. É assustador! A censura proibia algumas músicas minhas, a censura que era oficial, do Governo, Agora a TV Globo se encarregou de ser mais realista proibindo meu nome.¹⁵

Desta forma podemos rapidamente compreender a força da imprensa neste processo de censura não simplesmente pelo ato de censurar, mas pela repercussão dos fatos.

No caso maranhense não foi diferente. Entrevistas concedidas ao então, graduando de História da UEMA, Fábio Aquiles para a conclusão de sua monografia intitulada: *Onde há fogo há música: a repressão militar nas décadas de 1960 e 1970, cantada e contada por cantores maranhenses*, irão nos auxiliar nesta discussão os depoimentos feitos por César Teixeira e Chico Maranhão, dois grandes artistas maranhenses da década de 1960 e 1970 que ganharam grandes festivais locais e nacionais com suas canções, são revelações da forma como a censura atuava.

Em depoimento César Teixeira afirma:

Tanto na música, quanto no teatro, ou a música pra teatro tinha que passar pela censura prévia, aqui na Polícia Federal. A presença desse censor era constante nesse período, tanto nos ensaios gerais e shows de teatro que a gente fazia no Arthur Azevedo, ou em outro local, quanto na possível edição de um disco independente. Um certo dia do ano de 1975, fui chamado, em meio a um ensaio, por um policial e escoltado até a sala do censor por causa da música “Bandeira de aço”. (CESAR TEIXEIRA, JANEIRO, 2006)

A música *Bandeira de aço* foi uma composição fazendo referência aos dez anos de Ditadura e para não ser vetado pela censura, César justificou:

¹⁵ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=kB5N45iMPwE> Acessado em 15/04/2015.

Isso aqui é sobre a Festa do Divino, que tem aquela bandeirinha no mastro. Você já viu a Festa do Divino? Aquela bandeirinha é feita de aço... de ferro. E aquela bandeirinha era realmente feita de ferro com um pano na frente. Mas não deu pra convencer o cara, que sugeriu o título 'Bandeja de aço'. Até hoje tem lá, nos papéis da ditadura 'Bandeja de aço'. Só que no show eu cantei 'bandeira de aço, já que, geralmente eles iam ao ensaio e raramente apareciam no show (CESAR TEIXEIRA, JANEIRO, 2006)

A canção foi descrita por César fazendo alusão à própria censura. Porém, afirmou que nem sempre foi possível “driblar” a censura já que, se tratando de composições, em diversas situações os compositores eram obrigados a suprimir trechos de músicas levando à perda do sentido ou mensagem que a canção eventualmente transmitiria (AQUILES, 2006). Cabe ressaltar que muitas das músicas foram esquecidas pelos compositores uma vez que transcrevê-las era uma forma de escapar da censura.

2.4- A Estrutura Militar

As instituições militares no Brasil surgiram a partir de uma herança europeia que inicialmente, com o recrutamento de alguns civis, definia as relações das Forças Armadas com a sociedade. Porém, após a Primeira República, grandes intervenções no cenário social do Brasil foram de grande importância uma vez que, segundo José Murilo de Carvalho(2006)de 1831 a 1889, não houve interferências significativas das forças armadas.

Para início desta análise é importante ressaltar a citação que José Murilo de Carvalho faz de Erving Goffman que nomeia as Forças Armadas como instituições totais (CARVALHO, 2006p. 13). Recebem este nome, portanto, pelo processo de envolvimento dos quais se apropriam, os que dela fazem parte. A partir desse envolvimento, as mudanças de personalidade, a construção de identidades mais fortes são características apontadas pelo autor como parte deste processo de apropriação da identidade militar.

Um aspecto mencionado tanto por José Murilo de Carvalho como por Alfred Stepan é a questão do efetivo das forças armadas como fator que determina a sua participação maciça na sociedade. José Murilo aponta que no início da República os efetivos de militares duplicaram e a proporção que a população do país cresceu 162% entre 1890 a 1930 os efetivos militares cresceram 220%(CARVALHO,1939.p.30).

Alfred Stepan vai além dos números e cita a tese clássica de Tocqueville: “Apesar de todas as preocupações, um exercito numeroso em meio de um povo democrático sempre será uma fonte de grande perigo o meio mais eficaz de reduzir esse perigo seria reduzir o exército”(STEPAN,1975, p.21).

O pensamento de Tocqueville foi por muito tempo base de raciocínio para explicar a conquista de hegemonia dos militares em determinados países. Todavia, em sua obra *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida Brasileira*, Stepan, aponta alguns exemplos de países em desenvolvimento, tanto da América como os outros países subdesenvolvidos, em que o tamanho do exército não necessariamente determina a atuação das Forças Armadas no campo político de um país.

Na África, a república do Togo foi um dos primeiros países africanos em que ocorreu um golpe militar com o menor contingente de militares (200 homens). Stepan destaca que o fato de um sistema político global ser fraco e não apresentar um projeto legítimo de governo, os militares, não importando o tamanho do seu efetivo, serão capazes de derrubar o governo. No caso brasileiro, Stepan aponta que desde a independência, o Brasil foi o único país da América latina que não possuiu um governo militar justamente pelo fato de a monarquia apresentar um modelo legítimo de governo, aceito pelas classes hegemônicas. Stepan ressalta, portanto, que as fragilidades políticas são muito mais preponderantes para explicar o golpe do que necessariamente o efetivo das Forças Armadas (STEPAN, 1975, p.25). Neste sentido esta crise de autoridade da classe hegemônica no Brasil pré-golpe de 1964, conceitua aquilo que Gramsci chamou de crise de hegemonia que consiste na crise de Estado e do seu conjunto.

Na historiografia, outro aspecto nos chama a atenção é o conceito de militarismo e de que forma ele está atrelado às intervenções militares no contexto político social do Brasil. Para Eliézer de Oliveira (1975) a intervenção consiste na participação de setores militares (ou forças armadas) na gerência econômica e política do Estado, atividade que, até então, estaria ligada aos políticos civis. Os militares, portanto, como também aponta Stepan, deveriam atuar como “modelo moderador” da relação entre civis e militares propondo apenas uma instituição capaz de conter as tensões e controlar possíveis mobilizações políticas de grupos emergentes que buscam a hegemonia, não devendo ter a autoridade para uma intervenção política.

Para Eliézer, as Forças Armadas, a partir de uma ação política e da difusão ideológica levada por influencia da Escola Superior de Guerra (ESG), intervêm no processo político em 1964 em função do acirramento da luta de classes, desencadeado

pelas fragilidades das relações econômicas e políticas em nível das relações comerciais externas, configurou-se, portanto, uma crise do Estado brasileiro cuja intervenção se deu pela contestação da própria dominação burguesa, que se mostrara incapaz de preservar as relações fundamentais do sistema capitalista. Stepan não se distancia desta análise afirmando:

Um aspecto central do poder moderador é que ele mantém as regras gerais do jogo político. Mas, quando estas regras são elas mesmas amplamente questionadas por muitos protagonistas políticos, o papel do poder moderador ou árbitro torna-se menos importante ou praticável. Se, por exemplo, os políticos acreditam que o regime é inoperante, torna-se muito mais difícil resolver a questão de quem deveria receber o poder político depois da deposição do presidente. Abre-se claramente o caminho para os militares assumirem um novo papel político na sociedade: o de dirigente ao invés de moderador do sistema político. Se os próprios militares acham que deve ser adotado um novo conjunto de medidas, seu papel pode mudar de mantenedor para transformador do sistema (STEPAN,1975, p. 101).

Neste sentido, a instituição responsável por manter a sociedade civil no poder funcionando apenas como regulamentador das tensões alcança a hegemonia pela falta de legitimidade e fragilidade da classe, que antes era hegemônica, de assumir e se fazer consolidar com um projeto de governo que atendessem às necessidades da sociedade civil.

Esta fragilidade apontada pelos autores acima foi reafirmada por José Murilo de Carvalho quando este faz a seguinte pergunta: Como foi possível uma vitória tão fácil?(Carvalho, 2006.p.118). Skidmore afirma que era esperada, por parte dos golpistas, uma resistência armada pelos depostos, o que não se materializou (SKIDMORE, 1988, p.55). Estaria, portanto, escancarada a falta de um projeto de governo da classe dominante a ponto de não haver reação por parte dos civis? De fato os civis apoiaram os militares e a consolidação deste projeto foi vista durante os mais de 20 anos que a ditadura empresarial- militar sobreviveu neste país e suas consequências posteriores.

CAPITULO 3 -O JORNAL PEQUENO EM FOCO

3.1 Os estudos sobre a Ditadura empresarial militar no Maranhão

Durante várias discussões, tanto em sala de aula no ensino médio e até mesmo na Academia, surgia um questionamento pertinente acerca da Ditadura Empresarial-Militar implementada no Brasil através do golpe que destituiu João Goulart em Março de 1964: Quais foram suas influências sobre a Sociedade Maranhense?

Para tentar responder a este e outros questionamentos acerca desta problemática, o Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), vinculado a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), tem intensificado suas pesquisas e estudos sobre os reflexos da Ditadura empresarial-militar no Maranhão, a fim de apresentar, tanto para a comunidade Acadêmica, quanto para a sociedade maranhense de modo geral, de que forma este período nefasto na História do Brasil teve seus resquícios no Maranhão.

Na historiografia até aqui apresentada nos assuntos sobre a Ditadura Empresarial-Militar, a repressão é o que mais se destaca. Considerando que aqueles que se colocavam contra os militares, eram reprimidos de forma intensa e muitas vezes fatal, como foram os casos do jornalista Wladimir Herzog em São Paulo e Manoel Raimundo Soares no caso das “mãos amarradas” em Porto Alegre. Segundo Tomas Skidmore (1988), a repressão foi bastante severa no Nordeste. Afinal, grandes nomes e líderes como Celso Furtado, Paulo Freire, o advogado Francisco Julião entre outros, representavam perigo ao projeto militar principalmente ameaçado por membros do Partido Comunista em Pernambuco, que posteriormente seria palco de grandes atos de repressão por parte dos militares.

No Maranhão, não podemos afirmar em sua totalidade a presença de grandes pólos de resistência ou palcos de grandes atos de repressão. No entanto, tínhamos em São Luís a sede do Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS, sediado na Secretaria de Segurança do Estado do Maranhão, onde eram arquivados os processos locais e nacionais caracterizando uma grande organização através do Sistema Nacional de Informação (SNI). Nesse contexto inclui-se ainda, o quartel general do 24º Batalhão

de Caçadores, que era a sede militar onde eram resolvidas as questões de ameaça a ordem e a luta contra o comunismo.

Portanto, neste capítulo temos como objetivo analisar o posicionamento político de um dos jornais de maior circulação no Estado do Maranhão no ano de 1964, *Jornal Pequeno*, caracterizado como um meio de comunicação de caráter popular que se posiciona acerca do golpe em função das publicações em seus editoriais em 1964, foi reprimido pelos militares cinco dias após o golpe.

Além de analisar a perspectiva política do *Jornal Pequeno*, mapearemos o espaço conferido aos temas relacionados à Ditadura Empresarial-Militar, ou seja, o espaço que o *Jornal Pequeno* dedicou às diversas temáticas que estavam atreladas ao Regime Empresarial-Militar, antes e após a intervenção dos militares nas publicações do jornal. Estes dados serão apresentados ao longo do texto em tabelas demonstrativas a fim de apresentar especificamente, de acordo com cada mês, os temas mais publicados pelo *Jornal Pequeno* em 1964. Desta forma iremos quantificar os dados apresentados a fim de contribuir para futuras pesquisas relacionadas a temas mais específicos sobre o Regime empresarial militar no Maranhão.

3.2- Jornal Pequeno: “O Jornal do Povo”¹⁶

Criado em 21 de julho de 1947, *O Esporte*, foi um dos grandes jornais esportivos do Nordeste. Fundado por José Ribamar Bogéa, foi reconhecido e elogiado por várias vezes em nível nacional. A proposta era criar um jornal específico para assuntos desportivos e, embora o futebol fosse o mais citado em suas matérias, *O Esporte* se dedicava a fazer uma cobertura completa das atividades esportivas realizadas no Maranhão e no Brasil. Uma novidade proposta pelo *Jornal* era a divulgação de notícias vindas do interior do Estado. Além disso, com seu destaque no cenário nacional, o jornal recebeu vários elogios de grandes escritores e redatores maranhenses como Vargas Neto e Ruy Moraes.

A motivação maior da criação do *Jornal Pequeno* foi a liberdade de expressão. José Ribamar Bogéa era funcionário do *Jornal O GLOBO* e cobria matérias esportivas e policiais. Em um fato ocorrido em um jogo de futebol entre o Moto Clube (time

¹⁶ Frase dita por José Sarney em um a homenagem ao *Jornal Pequeno* em 10 de outubro de 1962.

maranhense) e o Fluminense (time carioca), o Moto Clube estava vencendo o jogo tranquilamente por 3x1, no entanto o árbitro Elvio Furtado beneficiou o time carioca que venceu a partida por 6X4. No dia seguinte o então redator Ribamar Bogéa teceu várias críticas ao árbitro que “por ironias do destino” era um oficial do Exército, do Ceará, criticando-o de forma dura. O então diretor do Jornal José Pires Sabóia Filho censurou a matéria e disse as seguintes palavras: “Quando você tiver o seu jornal, poderá escrever o que quiser, por enquanto, não.” Dias depois seria fundado o impresso *O Esporte*, para concorrer com O GLOBO (Revista Especial do Jornal Pequeno: 60 anos de resistência. São Luís, Maio de 2011. p.20).

A proposta inicial era de circulação semanal, sendo publicadas as matérias aos domingos. No entanto, para se manter, o jornal precisaria publicar edições diárias. A partir de 11 de abril de 1951, *O Esporte* passava a exibir publicações vespertinas. Em 22 de Abril de 1951 o título era “JORNAL PEQUENO”: “O Esporte”. Embora o Jornal tivesse uma circulação razoável, as notícias esportivas não eram suficientes para “bançar” as despesas do Jornal. Portanto em 29 de Maio de 1951, *O Esporte* que dedicava cerca de 60% de suas publicações para matérias esportivas e 40% para noticiário geral, agora seria “O JORNAL PEQUENO” que dedicava 60% do seu espaço para o noticiário geral e 40% para outros assuntos como humor, memórias e obviamente os esportivos. O Jornal Pequeno recebeu esse nome por ter sido, de fato, um jornal que iniciara com poucos recursos financeiros, dependendo de ajuda de lojas, patrocinadores e amigos que acreditavam na ideia de Ribamar Bogéa.

Desde o início, o Jornal Pequeno se apresentou à sociedade maranhense como um jornal de caráter popular. A forma de escrita em uma linguagem acessível, os espaços destinados ao humor como as seções do Dicionário do Povo, Língua de trapo e Conversa no cafezinho, eram espaços que faziam do Jornal Pequeno diferenciado quanto ao público leitor. Além disso, fazia críticas ferrenhas ao governo do Estado, mais especificamente a administração de Newton Belo, quem governava o Maranhão no início de década de 60. Foi inclusive, elogiado pelo então Deputado Federal José Sarney:

Este é apenas a complementação e um abraço de congratulação que tenho o dever de trazer ao jornal Pequeno, no momento em que este Jornal inaugura a sua sede própria. Na realidade, você, Ribamar Bogéa, conseguiu ter um jornal, que nesta cidade de São Luís, é um patrimônio da cidade... tem sido até hoje um jornal do povo, identificado com as causas do povo, e daí o sucesso da sua grande

vitória...(Revista Especial do Jornal Pequeno: 60 anos de resistência. São Luís, Maio de 2011. p.5)

Anos mais tarde o Jornal Pequeno, com as mudanças no cenário político no Maranhão, se tornou um dos maiores opositores à família Sarney no campo da imprensa. Segundo a Revista de comemoração dos 60 anos do JP, em 2006 o jornal assumiu uma luta contra a família Sarney com a convicção de que durante mais de 40 anos no poder do Estado, não trouxeram as benesses de que o Maranhão precisava (Revista Especial do Jornal Pequeno: 60 anos de resistência. São Luís, Maio de 2011. p.5)

3.3 Gramsci no Maranhão

Tendo a teoria gramsciana como eixo teórico que norteia este trabalho, nos propomos a fazer algumas análises para compreender o contexto da Ditadura empresarial militar dentro de uma perspectiva gramsciana de abordagem.

Nos primeiros momentos do golpe, predomina a repressão como instrumento garantidor do exercício do poder por aqueles que controlavam o Estado Restrito: os militares. A “Operação Limpeza”¹⁷, a exemplo, foi um reflexo do domínio da repressão na Ditadura Empresarial Militar. Ao longo do tempo, na proporção que os níveis de repressão diminuem, inicia-se o movimento de tentativa de construção do consenso, exemplificado, por exemplo, pela participação da AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas) que foi encarregado de organizar um novo projeto de divulgação dos ideais militares. Segundo Carlos Fico (2003), os jargões do “desenvolvimento”, “mobilização da juventude”, “fortalecimento do caráter nacional”, “amor a pátria” entre outros, foram criados na tentativa de disseminação das novas estratégias do governo de legitimar seus projetos, um quadro bem diferente do início da ditadura como o exemplo do “ame ou deixe-o”.

Segundo Gramsci, um determinado grupo conquista a hegemonia através de dois pilares: um de coação ou dominação e o outro através do direcionamento intelectual ou

¹⁷Movimento que surgiu após o golpe Empresarial Militar de 1964 como forma de repressão social e política àqueles que se manifestavam contra o Regime Empresarial Militar com a justificativa de que era necessário “limpar” o País. A operação limpeza justificou de forma legal perante a lei a criação dos atos constitucionais que foram os principais meios de perseguição políticas durante o Regime empresarial Militar.

consenso. Na ditadura empresarial militar brasileira não foi diferente. Quando presenciarmos um determinado enfraquecimento da repressão como modo de coação, os militares partem para outro projeto: o consenso a fim de consolidar um determinado projeto da classe dominante (GRAMSCI, 2005).

O posicionamento político do Jornal Pequeno no Maranhão no período do regime empresarial militar, a partir dos conceitos criados por Gramsci, se aplica ao contexto do regime militar que estiveram inteiramente conectados com a disputa de poder de diferentes grupos que lutavam pela hegemonia. Logo, o momento em que é apresentada uma estrutura ideológica e política, para Gramsci, torna-se mais prováveis e sólidas as chances de se conquistar a hegemonia (COUTINHO, 1989). Nesta perspectiva usamos o conceito de *aparelho privado de hegemonia* considerando a imprensa como uma das principais instituições capazes de nacionalizar um projeto e reproduzir opiniões em busca de um projeto hegemônico. Segundo Carlos Nelson Coutinho os *aparelhos privados de hegemonia* são organismos sociais privados, portanto, autônomos em face do Estado.¹⁸

Outro conceito de Gramsci utilizado nesta pesquisa será o de *Estado Ampliado* que vai além do que comumente pensamos em Estado, apenas enquanto estrutura jurídica de comando. Para Gramsci a sociedade civil e seus mecanismos de busca pela hegemonia são primordiais para o controle e fortalecimento de sua classe. Neste sentido, a teoria do Estado Ampliado de Gramsci coloca a atuação tanto da sociedade civil, quanto da sociedade política no processo de busca pela hegemonia. Segundo Carlos Nelson Coutinho, perceber ainda a atuação dos intelectuais capazes de nacionalizar um projeto hegemônico motivou Gramsci a entender que além da coerção, a busca pelo consenso era primordial para o alcance da hegemonia. Nesse contexto os *Cadernos do Cárcere* se apresentam como principal obra para a compreensão do conceito de hegemonia defendido por Gramsci.¹⁹

3.4 JORNAL PEQUENO: antes e depois do ato de repressão

Embora nosso foco para este trabalho seja exclusivamente o ano de 1964, foi necessário fazer um mapeamento anterior das edições do impresso a fim de

18 Idem, p. 54-55.

19 Idem, ibidem, p. 170.

entendermos o contexto histórico no qual se encontrava o Jornal Pequeno quanto a sua posição política a respeito do Golpe Empresarial Militar. O apoio a Jânio Quadros que renunciou a presidência em 1962. Em uma reportagem do editorial do dia 4 de maio de 1961, escrita pelo redator Paulo Nascimento Moraes com o texto *relembrando a palavra do presidente* nos exemplifica: “E era justamente disto que estava precisando o Brasil: um governo forte, uma administração honesta e produtiva. E é sempre bom relembrar as palavras do presidente” (Jornal Pequeno, 04/05/1961, p.2).

Em outra reportagem do dia 26 de maio de 1961 no texto, *O futuro que nos espera*, o mesmo autor afirma:

E com o atual presidente da republica está a esperança e a fé do povo, esperança e fé tantas vezes utilizadas para o engêdo das lutas eleitorais, agora é caminhar pra frente, olhando o futuro e nada estará, não duvidamos, a ressurreição nacional: o progresso da pátria, total, resplandecente de sólidas reconstruções nacionais (Jornal Pequeno, .26/05/61,p. 2).

Entre os anos de 1961 até 1964, algumas reportagens como “ditadura ou republica popular”, “estamos caminhando para uma revolução” entre outras, os editoriais do Jornal pequeno haviam mencionado que a intervenção militar viria a acontecer anos depois. No entanto é importante ressaltar que muitas das matérias divulgadas eram em partes, reproduções dos jornais do eixo- sul e sudeste. Mas, os editoriais já expressavam uma parcela do seu posicionamento ao longo dos anos.

Antes do golpe no ano de 64, o também escritor do Jornal Pequeno Eyder Paes, já sugeria algo sobre ditadura:

No Estado Novo que era uma ditadura branda, houve tantos crimes, violências e desmandos pelos agentes do poder, favorecidos pela impunidade que caracteriza todo sistema policial. Os regimes de força não respeitam os direitos , violam os princípios de defesa da pessoa humana, estrangulando a consciência da pátria. Ditadura é um governo de uma minoria que impõe sua vontade a todo país através de um criminoso processo de cerceamento da opinião nacional. A ditadura suprime a liberdade e sem condições de liberdade o homem torna-se um fantoche, por que perde o direito de se pensar, de discordar do que é injusto, subjugado ao castigo do silencio (Jornal Pequeno, 14/02/64, p. 3).

Um dia após o golpe empresarial militar, o Jornal Pequeno publica uma matéria intitulada: “*Agoniza o Regime de liberdade*”. Até o momento ficava evidente a posição do jornal acerca do golpe e de suas possíveis consequências. Nesta mesma perspectiva o mesmo continua a publicar em seus editoriais notas de repúdio ao golpe militar. Nesta nota publicada cinco dias após o golpe um escritor com pseudônimo de nome “X-23” publica:

O País vive um clima de confusão. A Alma sazonal acha-se profundamente apreensiva. A vida Brasileira, sofreu um impacto violento caindo na anarquia. A ambição de poder dos grupos da direita cujos os interesses chocam entre si arrastou a Pátria à desordem social. Sente-se que uma grave ameaça paira sobre os destinos da república que atravessa um momento crítico da sua história (Jornal Pequeno,05/04/64, p. 2)

Não temos as informações de quem assinou esta reportagem, o fato é que o pseudônimo “X 23” não queria ser reconhecido. Porém permanece claro o posicionamento do Jornal Pequeno com relação ao regime em vigor.

O autor desconhecido ainda afirma:

As perspectivas políticas são as mais sombrias. O direito de pensar e de opinião está sofrendo sérias restrições o que caracteriza a falta de democracia (Jornal Pequeno,05/04/64, p. 2)

O redator parecia prever o que viveríamos na ditadura empresarial-militar por mais de 20 anos. Os expurgos políticos, a censura prévia e o próprio direito de se expressar através da arte, da imprensa e outros órgãos capazes de expor opiniões e defender posicionamentos políticos foram sufocados pelos militares durante a ditadura.

Em outro trecho da mesma reportagem o autor afirma:

Não houve revolução, houve masorca, baderna de que o povo não participou. Os que se preocuparam em denunciar atitudes subversivas e atentados às instituições cívicas foram os que subverteram a ordem democrática, apoderando-se da presidência da República pela violência o que não conseguiram pelo voto na batalha das urnas. Mas uma vez o direito da força de sobrepõe a vontade soberana do Povo. (Jornal Pequeno,05/04/64, p. 2)

O autor se refere neste trecho ao golpe de 1964 que destituiu João Goulart da presidência da república e que este ato, refletiu o que tínhamos no período ditatorial no Brasil a partir de 1964. Para o autor o golpe militar deturba os princípios da

democracia uma vez que o voto do povo, dentro dos princípios democráticos, era o que deveria determinar quem estaria na presidência da República.

O que parecia óbvio acontece. No dia seguinte após as publicações do Jornal Pequeno, o diretor e proprietário do Jornal, Ribamar Bogéa foi “convidado” a comparecer no 24º batalhão da cidade de São Luís a fim de prestar esclarecimentos sobre as matérias publicadas no dia anterior. No dia 06 de abril de 1964 o Jornal pequeno publica a seguinte “Nota da Redação”:

O Jornalista Ribamar Bogéa, diretor proprietário do Jornal Pequeno foi chamado ontem à presença do seu Cel. Comandante da guarnição Federal a fim de prestar esclarecimentos sobre o paradeiro do senhor Pirauncy Gomes de Castro e de outros jornalistas que assinaram artigos publicados em nossa edição de ontem tendo também comparecido ao nosso quartel do 24 BC os nossos redatores Eyder Paes e Luís Vasconcelos...” (Jornal Pequeno,06/04/64, p.1)

De forma muito explícita, estava caracterizado que o Jornal Pequeno, para não sofrer maior intervenção, resolveu acatar a ordem do Exército. A partir do dia 06 de maio de 1964 as reportagens de críticas ao golpe militar cessaram as críticas dos editoriais já não eram mais tão incisivas e o golpe já não era mais questionado pelos seus colunistas.

Na mesma nota o Jornal Pequeno publicou:

“Colaborando com aqueles que desejam ver a paz reinar em todos os recantos deste país, a direção do Jornal Pequeno achou por bem impedir temporariamente a publicação de quaisquer comentários políticos, sejam da direita, da esquerda ou do centro, inclusive os assinados, limitando-se nesta folhas nesses dias, a divulgar apenas reportagens e informações da cidade, do país e do exterior para que os nossos leitores tenham conhecimento do que ocorre em todos os recantos do Mundo (Jornal Pequeno,06/04/64, p.1)

Havia se concretizado o ato. A matéria acima caracteriza a postura que o Jornal pequeno iria tomar após o ato de repressão do dia 06 de abril de 1964. A partir de então, muda o foco e o que era “ditadura”, “golpe militar” passa a ser chamado de “Revolução”.

No dia 10 de abril o Jornal Pequeno publicou: *Chefes da Revolução baixaram o ato constitucional* (Jornal Pequeno,10/04/64, p.1) a matéria especifica a ação do ato constitucional número um que inauguraria uma série de atos contra políticos justificados

pela ação dos “Revolucionários”. Destacamos aqui a utilização do termo “Revolução” como parte integrante do discurso empresarial-militar.

No dia 11 de Abril de 1964 o Jornal Pequeno Publicou:

REVOLUCIONÁRIOS INICIAM A OPERAÇÃO: 40 PARLAMENTARES JÁ PERDERAM SEU MANDATO. O conselho da Revolução cassou o mandato de 40 parlamentares suspendendo ainda seus direitos políticos pelo prazo de 10 anos... A Câmara teve conhecimento oficial das cassações dos mandatos acima mencionados às 16h, ocasião em que foram convocados os seus respectivos suplentes. (Jornal Pequeno,11/04/64, p.1)

Nesta matéria o Jornal Pequeno publicou a relação nominal dos 40 parlamentares cassados pelos militares demonstrando apenas o início da crise política que seria instaurada no Brasil a partir do golpe.

Em uma matéria publicada no dia 14 de maio, transcrita do Jornal do Brasil intitulada: *Traçado o esquema da Revolução, desde 1961*, o texto apontou dez indícios de que a “Revolução” estava sendo planejada pelos militares desde o ano de 1961 quando Jânio Quadros ainda estava na Presidência da República.

Para concluir que o projeto proposto pelo golpe empresarial- militar em 1964 logrou êxito trouxemos algumas questões que podem nos dar maior sustentação nos argumentos que comprovam mudança de postura do Jornal Pequeno após o ato do dia 6 de abril de 1964.

Após a intervenção dos militares do 24º Batalhão de Caçadores e o processo de consolidação do projeto empresarial militar, os registros do Jornal Pequeno mostram que de 1965 até 1979 o jornal comemorava o aniversário do golpe militar no dia 31 de março. No ano de 1971, a exemplo, dentre as várias manifestações de conclamação ao golpe de 1964, destaquei esta coluna:

A SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MARANHÃO PRESTA SUA HOMENAGEM A REVOLUÇÃO- Ao ensejo da comemoração do sétimo aniversário da Revolução, a Secretaria de Agricultura do Maranhão, pelas suas forças vivas, proclama a solidariedade a todos os brasileiros associando-se a nação, nas homenagens ao movimento renovador, que nos infundiu uma nova mentalidade e nos deu a fisionomia de um grande País. O movimento Revolucionário, que tem como sustentáculo o trabalho como instrumento, a técnica como objetivo à prosperidade, transforma o país do presente desejoso de crescer, de superar-se, se elevar-se a altura de sua grandeza continental (Jornal pequeno 31/03/1971,p.4)

Em outra reportagem, encontramos uma coluna escrita por Eyder Paes, colunista do Jornal Pequeno, com o tema: “A Vitoriosa Revolução”.

Imprimindo a sua missão histórica e sempre vigilante na defesa da segurança e soberania da nação, as forças armadas, encarnando a causa da Pátria, promoveram o vitorioso movimento de 31 de março, restaurando a ordem restituindo o clima de tranquilidade no Brasil (Jornal pequeno 31/03/1971 p.5)

É importante destacar que Eyder Paes, no ato de repressão direto ao Jornal no dia 6 de abril de 1964, era o redator do Jornal Pequeno na época, e foi convidado a prestar depoimento no 24º BC na cidade de São Luís. É um indício de que os militares conseguiram através da repressão “provar” que a “Revolução” era o melhor caminho para o País.

3.5 JORNAL PEQUENO: o espaço dedicado às questões do Governo Militar

Para enriquecer nossas informações, fizemos um levantamento de todas as matérias publicadas no Jornal Pequeno no ano de 1964. Analisar o espaço que o Jornal Pequeno conferiu ao golpe empresarial-militar nos dá uma maior sustentação nos argumentos afirmando que este exerceu bastante influência sobre a população maranhense. Na tabela abaixo, fizemos um levantamento quantitativo das matérias publicadas por mês durante o ano de 1964 sobre movimentos relacionados ao golpe de 1964.

JORNAL PEQUENO – 1964

<i>MÊS</i>	<i>QUANTIFICAÇÃO</i>
<i>JANEIRO</i>	<i>1</i>
<i>FEVEREIRO</i>	<i>10</i>
<i>MARÇO</i>	<i>11</i>
<i>ABRIL</i>	<i>33</i> <i>(mês após o golpe)</i>
<i>MAIO</i>	<i>16</i>

<i>JUNHO</i>	<i>18</i>
<i>JULHO</i>	<i>19</i>
<i>AGOSTO</i>	<i>15</i>
<i>SETEMBRO</i>	<i>10</i>
<i>OUTUBRO</i>	<i>15</i>
<i>NOVEMBRO</i>	<i>22</i> <i>(caso de intervenção federal em Goiás)</i>
<i>DEZEMBRO</i>	<i>14</i>

Nesta outra tabela, fizemos um levantamento quantitativo mais específico com as temáticas mais abordadas pelo Jornal com suas respectivas datas:

JORNAL PEQUENO – 1964

TEMAS	DATAS	QUANTIFICAÇÃO
João Goulart (medidas, reformas, deposição e outros)	23/01	7
	09/02	
	20/03	
	08/03	
	16/03	
	18/03	
	22/03	
Oposição (políticos, estudantes e outros)	02/02	7
	07/02	
	26/02	
	02/04	
	05/07	
	25/10	
Crise do ministério (renúncia e outros)	02/12	7
	22/03	
	03/04	
	05/05	

	22/05	
	27/05	
	01/06	
	08/10	
Crise Militar (atentados, renúncias de cargos e outros)	04/02	
	08/02	
	05/03	14
	11/05	
	11/06	
	03/07	
	15/07	
	31/07	
	02/08	
	16/08	
	08/07	
	25/09	
	09/12	
	Presidência (posse, mandato, medidas e outros)	05/04
06/04		
12/04		10
15/04		
16/04		
06/05		
16/07		
23/07		
25/07		
27/09		
Ato constitucional (promulgação, medidas e outros)	10/04	
	30/04	4
	03/06	
	26/11	
Cassação/ Corrupção	11/04	

(cassação de políticos e militares)	01/06	4
	13/06	
	16/06	

A tabela abaixo nos mostra mais especificamente as reportagens do ano de 1964

ANO: 1964	
MÊS: JANEIRO	
DIA	TEMA
23	“Goulart adiou desapropriação”

ANO: 1964	LEGENDAS: (“”) - Título publicado escrito na íntegra (JQ) - Jânio Quadros (JG) - João Goulart
MÊS: FEVEREIRO	
DIA	TEMA
02	“Atentado a Carlos Lacerda”
04	“Agitação na marinha”
06	“Revolução prestes a estourar”
07	JG tenta legalizar o partido comunista no Brasil
12	Vitória de guerrilhas no Rio
14	“Ditadura” (Eyder Paes)
18	Candidatura de JQ a prefeito de São Paulo
25	“Vitorino lança Jango contra os Rebelados”
26	“Discurso pronunciado pelo Presidente João Goulart ao assinar o decreto do novo salário mínimo”
29	Segundo Carlos Lacerda o país vive guerra civil.

ANO: 1964	LEGENDAS: (“”) - Título publicado escrito na íntegra (JG) - João Goulart
MÊS: MARÇO	

DIA	TEMA
08	JG é contra intervenção no Estado da Guanabara; eleição no Clube Militar.
13	JG analisa luta contra inflação
16	“JG assinará novos decretos”
18	Jango em visita ao estado do Pará
19	Possível instalação de uma Câmara de deputados na Guanabara outra em Brasília
20	“Ministério de Dutra lança o PSD contra Goulart”
22	Deputado João Calmon afirma que Jango é porta voz da Revolução Vermelha
25	“Crise na marinha provocou a demissão de Silvio Mota”; “Empossado novo Ministro”.

ANO: 1964	
LEGENDAS: (“”) - Título publicado escrito na íntegra (JQ) - Jânio Quadros (JG)- João Goulart	
MÊS: ABRIL	
DIA	TEMA
01	“Agoniza Regime de liberdade no Brasil”; “Tropas ocupam Jornais”; “Choques militares”
02	“Brizola anuncia que não houve renúncia”, Tropas gaúchas em prontidão.
03	“Três ministros de JG presos em São Paulo”; Demais notícias sobre o Golpe.
04	“Degola Geral”
05	“Eleições imediatas para novo presidente”; Indicações de do Gen. Castelo Branco; “Clima de Confusão” “Texto de Leonel Brizola”
06	“Repressão ao Jornal Pequeno (Nota da Redação); “Asilo Político”; Apoio a Castelo Branco.
07	Deputado Maranhense para a vice-presidência. ““Urgência para pleito presidencial”
08	Senador do PTB afirma: Tudo está consumado.
09	Dutra aceita candidatura; “Linha dura”.
10	“Chefes da Revolução baixaram atos constitucionais”
11	“40 parlamentares já perderam mandato”; JQ e JG ficaram sem direitos políticos. Relação nominal de parlamentares caçados; “Newton Belo com Castelo Branco”
12	“Castelo Branco eleito Presidente”; “Comando da revolução

	baixa ato constitucional nº 3”
13	Desfile na capital da republica;
14	Dom Helder se pronuncia sobre o Regime; Renuncia do líder da UDN; “Traçado o Esquema da Revolução”
15	Posse do novo presidente; Mais políticos cassados.
16	“primeira fala do presidente” “pronunciam-se os revolucionários”; Quadro político do novo ministério.
18	“Rádio clandestina prega subversão”
19	Dom Helder Câmara faz pronunciamento.
26	“Cassação de mandatos provocou lágrimas na Câmara do Estado”
28	Conspiração no Rio Grande do Sul; Regulamentação do ato constitucional.
29	Acusação contra comunistas no Governo de JG
30	“Regulamentado o ato constitucional”; Leonel Brizola é procurado; Aumento para os militares.

ANO: 1964		LEGENDAS: (“”) - Título publicado escrito na íntegra
MÊS: MAIO		
DIA	TEMA	
01	“Aumento dos militares”	
02	“Castelo sancionou a lei de provimento de cargos”	
03	Crise do governo do Rio Grande do sul, General do exército será governo fluminense.	
05	Ministro do T.R.T. preso pelo DOPS.	
06	Reunião do conselho nacional de segurança com o Dops para solucionar onda de terrorismo na Guanabara; Carta de reivindicação ao Presidente Castelo Branco.	
10	“Novos Mandatos foram cassados”	
11	Devassa em torno de subversão: Marinha; Ligações entre Cândido Aragão com Leonel Brizola.	
13	“Tribunal negou Habeas-corpus”; “Expulsões na marinha”; “Novos Generais”	
15	“Exercito vai exilar dois padres”; General interroga Mauro Borges.	
21	“Tropas seguem rumo a Goiânia”	
22	“Cassações de mandatos”; prisões preventivas de políticos.	
23	“Promoção das forças Armadas”	
24	“Prisão de Almirantes”	

27	“Cassações vão continuar”; Costa e Silva afirma que Brasil não voltará para as mãos dos corruptos.
29	“Em pauta: Degola do senador JK.”

ANO: 1964		LEGENDAS: (“”) - Título publicado escrito na íntegra.
MÊS: JUNHO		
DIA	TEMA	
01	“Mais 3 deputados com mandatos cassados”; Investigações sobre ato de subversão	
02	“Prisões em massa de civis e militares”	
04	Prorrogação do ato constitucional.	
05	Posicionamento sobre JK.	
09	“Kruel desloca-se para a Guanabara”; Cassado o mandato do de JK.	
11	Tenente foi assassinado no Maranhão; Processo de expurgo político continua.	
13	“Governo prepara a lista de cassação dos corruptos”	
15	“Mandatos Cassados”	
16	“Não acabou a luta contra a corrupção”	
22	Lacerda afirma, em Lisboa, que está correndo a Revolução Brasileira; “milhões para a subversão”	

ANO: 1964		LEGENDAS: (“”) - Título publicado escrito na íntegra.
MÊS: JULHO		
DIA	TEMA	
02	“Lacerda antecipa regresso ao Brasil”; “Democracia de mentira”(Jonas Cavalcante)	
03	Expulsão na FAB	
05	“Conspiração contra o atual presidente”	
08	“Deputados exigem demissão do Cel. Fontenele”	
09	Lacerda reassume governo do Rio.	
15	“Mudança no II Exército”	
16	“Presidente fez pronunciamento”; Embarcação submetido a cruel tortura na Delegacia da Marinha.	
17	“ Reação da UDN contra Lacerda”	

18	“Lacerda com o Presidente”
22	“Taurino abandonou a Presidência do CGI”
23	Congresso prorroga o Mandato de Castelo; Cel Braga no 24 BC
25	Castelo permanecerá no poder até 15 de março de 67.
29	Bulhões foi acionado pelos Militares.
31	Crise no IV Exército

ANO: 1964		LEGENDAS: (“”) - Título publicado escrito na íntegra.
MÊS: AGOSTO		
DIA	TEMA	
01	“Punidos 58 oficiais e praças do Exército”	
02	“Magalhães pinto prega outra Revolução”	
05	Mourão filho afirma que vai fazer valer a pena a Revolução; Ademar de Barros amplia a contra revolução.	
08	“Patriotas Militares” (Ribeiro Simas)	
11	Artigo sobre a posse do novo comandante do 24BC.	
12	127 prisões de crimes contra a segurança Nacional.	
16	Almirante da Marinha foi enquadrado pelo ato constitucional.	
19	Demitidos 22 Altos Oficiais da Marinha.	
22	“Militares nos 11 estados”	
26	“Explosão com Mortes na Fábrica do Exército”	

ANO: 1964		LEGENDAS: (“”) - Título publicado escrito na íntegra.
MÊS: SETEMBRO		
DIA	TEMA	
02	“Revolução irá ao Interior”; parada militar de 7 de setembro	
09	Mourão filho será demitido do IV Exército.	
12	“novas reformas e demissões de oficiais.”; Lista com 47 nomes.	
13	“Roubo de armas no Exército e na Aeronáutica”; “Esmagando as mentiras dos inimigos da Revolução”.	
20	“Revolta dos Marinheiros gerou a certeza de que só a violência salvaria o Brasil”.	

22	Newton Belo acusa generais de conspirarem contra seu Governo.
27	“Presidente poderá escolher Governadores”

ANO: 1964		LEGENDAS: (“”) - Título publicado escrito na íntegra.
MÊS: OUTUBRO		
DIA	TEMA	
02	Presidente determina aumento salarial a todos os trabalhadores.	
08	Novas reformas e demissões no Exército.	
10	“Câmara ataca os militares”	
14	“Jango será operado”	
16	Legislativo em choque com os militares em Fortaleza.	
19	“Exército em prontidão no Ceará”	
20	Corruptos tiveram seus mandatos caçados em Fortaleza	
23	“Revolução está a caminho de São Luís”	
24	Governador do Maranhão sobre ameaça de queda.	
25	Presidente do congresso atacou a revolução.	
26	“Newton e Vitorino na Mira do Expurgo”	
29	“Exército unido em defesa da pátria”	
30	Reportagem sobre o Ato constitucional	

ANO: 1964		LEGENDAS: (“”) - Título publicado escrito na íntegra.
MÊS: NOVEMBRO		
DIA	TEMA/TÍTULO	
09	“Lançada em São Paulo a candidatura de Lacerda”	
15	Linha dura no Maranhão	
16	Crise político-militar; contra medida o 24º BC	
17	Reunião do Alto Comando	
19	Relatórios de IPM; “relatório sobre subversão e corrupção”	
20	“exército cerca a capital goiana”	
21	Manifesto pessedista no Maranhão	
23	“Decisão do caso de Goiás as 13h”	

24	Concedido habeas-corpus ao governador de Goiás
25	Governador não acredita em intervenção Federal
26	Tropas do exército marcham para Goiás; Noto ato constitucional.
27	Governador de Goiás é afastado do cargo
28	“Desarticulado plano subversivo”
29	“Reage o Congresso contra intervenção”

ANO: 1964		LEGENDAS: (“”) - Título publicado escrito na íntegra.
MÊS: DEZEMBRO		
DIA	TEMA/TÍTULO	
01	“Ditadura na Guanabara”	
02	“Brizola fomenta subversão”	
05	“Titular da guerra contra a ditadura”	
06	“contrário a ditadura”	
07	“Mauro Borges fala à imprensa”	
09	“FAB metralhou helicóptero da Marinha”	
12	“Conclusões do conselho nacional de segurança”; “Ministro da Aeronáutica pede exoneração”; “Linha dura pretende mudar todos os Governadores”	
13	“Revolução atingirá as Forças armadas”	
24	Alto comando do exército reunido	
26	“A revolução de 31 de Março”	

Obviamente que alguns desses assuntos requerem um trabalho mais específico que não vou me propor a realizar neste primeiro momento. No entanto, as tabelas reforçam que a sociedade maranhense tinha acesso as notícias sobre o Regime Empresarial Militar. É importante ressaltar ainda que muitas matérias eram transcritas dos jornais de grande circulação do país.

O processo de solidificação do projeto hegemônico dos militares através da mídia, em suma foi muito bem articulado no Maranhão. O Jornal Pequeno destinou um espaço considerável nas divulgações das medidas e dos “benefícios” que o cumprimento do ato traria a sociedade, afinal, divulgando notícias de expurgos políticos, prisão de políticos que enriqueceram ilicitamente, dentre as outras notícias de cumprimento da lei

e influenciados pelo discurso de estabelecimento da ordem, era o que os militares precisavam pra legitimar diante da sociedade os benefícios da “Revolução.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada é apenas uma pequena parte da construção de um novo momento da história acadêmica maranhense com ênfase aos estudos da Ditadura empresarial-militar no Maranhão. A análise da perspectiva política do Jornal Pequeno após uma intervenção seis dias depois do golpe militar caracteriza uma das hipóteses apresentadas no texto de que houve de fato, repressão no Maranhão por parte dos militares junto aos os grupos hegemônicos que promoveram o golpe de 1964.

Com uma explanação pelas correntes historiográficas clássicas e as mais recentes acerca do tema, observamos as abordagens promovidas por historiadores e cientistas políticos caracterizando as principais hipóteses que justificaram o golpe empresarial-militar. O revisionismo e as novas abordagens sobre as hipóteses do golpe nos possibilitaram afirmar que o golpe não seria possível sem a participação dos membros que Gramsci chamou de sociedade civil.

No campo da repressão apresentamos uma grandiosa estrutura organizada pelos militares a fim de combater aqueles que se opunham à “revolução”. Os órgãos e as medidas criadas pelos militares para promover a ordem garantiram a manutenção desse regime por mais de 20 anos. No campo cultural, colhemos depoimentos de grandes artistas maranhenses que foram vítimas da ação militar no período de exceção. Nesse contexto pudemos comprovar a eficiência do projeto de repressão proposto pelos militares da macro organização de punição a quem se opunha ao projeto militar. Foram, portanto, representações de uma “cadeia nacional” montada pelos instrumentos de repressão no Brasil.

Quando optamos por Gramsci como opção teórica, estabelecemos durante a pesquisa uma relação da cultura com a hegemonia, principalmente quando colocamos a disputas de projetos pela busca de hegemonia em que a batalha cultural é pensada como um projeto anterior à conquista do poder. No desfecho da história da ditadura empresarial militar, percebemos que os conceitos Gramscianos perpassam em vários momentos por parte dos militares, uma vez que, na luta pela hegemonia, dispunham de um projeto cultural articulado que ultrapassavam as fronteiras da repressão, que passavam também pelas mãos dos empresários (intelectuais orgânicos) que são capazes de organizar uma nova cultura sendo representante de uma elaboração social superior, sendo organizador da massa dos homens (GRAMSCI, 1982,p.3-4),a AERP foi um grande exemplo deste processo de disseminação do projeto militar paralelo à repressão.

Já em uma perspectiva ético-política, Gramsci sustenta a hipótese de que as relações entre política e cultura estão interligadas uma vez que o projeto político necessita de uma homogeneidade, uma concepção de mundo coerente (SCHLESNER, 1949 p.27), ou seja, as relações políticas no momento da conquista de hegemonia na ditadura empresarial militar perpassaram pelas questões culturais para que se tornassem políticas.

Na análise do Jornal Pequeno concluímos que este se apresentou contra a ditadura empresarial-militar demonstrando nos seus editoriais uma nítida oposição a qualquer tipo de ditadura ou movimento ditatorial. Cinco dias após o golpe, a ditadura empresarial militar mostrou o princípio que por mais de 20 anos nortearia a política no país: a repressão.

O ato de “convidar” o proprietário do Jornal Pequeno a comparecer no quartel general da cidade junto com alguns de seus redatores exemplifica a política adotada pelos militares e um pouco do que eles chamavam de “manter a ordem”. Não sabemos se foram somente esses os motivos que impulsionaram o ato de repressão contra o Jornal Pequeno cinco dias depois que os militares assumiram o poder, no entanto estamos na busca como pesquisadores para desvendá-lo, permanecendo ainda um “mistério”.

Dentro da perspectiva Gramsciana, temos o Jornal Pequeno que se apresentava como um *aparelho privado contra-hegemônico*, ou seja, ele não fazia parte do projeto defendido pelos militares. É importante ressaltar que o Jornal Pequeno, em sua essência se apresentava contra qualquer tipo de ditadura. Mas, mediante o ato de repressão direta feita ao jornal através do 24º Batalhão de Caçadores, o Jornal foi obrigado a cumprir com as ordens do Regime Empresarial Militar. Na perspectiva Gramsciana, partir do momento em que o jornal assume uma postura defensiva (podendo até correr o risco de ser suspenso pelos militares) ele se encaixa no que Gramsci chamou de *aparelho privado de hegemonia*, seus intelectuais orgânicos, que para Gramsci, são aqueles responsáveis por nacionalizar um projeto hegemônico, abraçam a causa dos militares e fazem um processo de conscientização da massa a fim de consolidar o projeto hegemônico, um exemplo claro dessa atuação foi a própria substituição do termo “ditadura” pela “revolução” ao longo do tempo.

Analisamos neste trabalho a postura política do Jornal Pequeno com ênfase no ano de 1964. Ainda estamos em busca de respostas para entender a trajetória política deste

jornal durante os anos restantes da ditadura, principalmente nos considerados “Anos de Chumbo” no auge da repressão na presidência de Costa e Silva e o general Médici.

Desta forma continuamos as pesquisas a fim de entender e analisar na perspectiva Gramsciana, os rumos políticos do Jornal Pequeno no Maranhão a fim de contribuir para as pesquisas acadêmicas acerca do tema e principalmente buscar respostas para a sociedade maranhense para este nefasto período na História do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes documentais

- Jornal Pequeno, 04/05/1961 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
- Jornal Pequeno, 26/05/1961 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
- Jornal Pequeno, 14/02/1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
- Jornal Pequeno, 05/04/1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
- Jornal Pequeno, 06/04/1964 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
- Jornal Pequeno, 10/04/64) (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
- Jornal Pequeno, 11/04/64) (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
- Jornal Pequeno, 14/05/64) (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
- Jornal pequeno 31/03/1971(Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
- Jornal pequeno 31/03/1971(Arquivo 05. Prateleiras 407-427)
- Jornal O Estado de São Paulo s/d , série: Avulsos, Pasta: 12, Cod: 07 Fl.125.APEM.
- Jornal do Brasil Jornal do Brasil 15/01/80 série: Avulsos, Pasta: 12, Cod: 07 Fl.125.APEM.
- Jornal folha da tarde, 12, junho de 1979, série: Avulsos, Pasta: 12, Cod: 07 Fl.124.APEM.

Obras Gerais

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- AQUILES, Fábio. **Onde há fogo há música: a repressão militar nas décadas de 1960 e 1970 cantada e contada por cantores maranhenses**. Monografia defendida em 2006 no Departamento do Curso de História da UEMA.
- COMPARATO, Fábio Konder. **Compreensão história do regime empresarial-militar brasileiro**. Rio de Janeiro, 2014.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: Braziliense, 1979.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2006.
- COUTINHO, Carlos Nelson, **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios.** São Paulo: Cortez, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. **Visões do Golpe. A memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder, e golpe de classe.** Rio de Janeiro: vozes, 1987.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia.** Rio de Janeiro: Civilização, 2011.

FICO, Carlos. **Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Como eles agiam.** Rio de Janeiro: Record, 2001

_____. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão.** In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lícilia (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins de século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p167-2005.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Democracia ou Reformas. Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.**

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno** (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Ed. Civilização Brasileira (1991-1993)

KUSHNIR, Beatriz, **Cães de Guarda: entre jornalistas e censores.** In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) **O Golpe militar e a ditadura civil militar 40 anos depois(1964-2004)** Bauru,SP :Edusc 2004.

MELO, De B. **A miséria da historiografia: o revisionismo historiográfico 40 anos depois do golpe de 1964.** –Monografia (Bacharel em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Departamento de História, 2005

MELO, D. B. **A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____. **Ditadura 'civil-militar': controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente.** Espaço Plural (Marechal Cândido Rondon. Online), v. 27, p. 39-53, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

O'DONNELL, Guilherme. Tensões no Estado autoritário-burocrático e a questão da democracia. In COLLIER, David. **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de, **As forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis, Ed.vozes,1976.

PADRÓS, Enrique Serra. **América Latina: Ditaduras, segurança nacional e Terror de Estado**. Revista História e Luta de Classes ,ano 3-Edição nº 4, 2007.

REIS FILHO, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____ **O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise política brasileira**. Rio de Janeiro: UFMG; Iuperj, 2003.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e Cultura: Gramsci (1949) Ed. UFPR 2007 SECMA. Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**.--- São Luís: edições SECMA, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. Editora Expressão popular, São Paulo, 2010.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida Brasileira**, Ed. Artenova S.A 1975.

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo, 2014.

_____ **Jango, um perfil**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2004.

